



Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 05 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1983
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Adhail Sprenger Passos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcelos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Pêricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio, Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 156/82, de autoria do Excelentíssimo Senhor ex-Deputado Egon Pudell, que pretende alterar o número de Vereadores à Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(A) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Diretora Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de salas de aulas no Distrito de Umuarama em "LOVAT e NOVA JERUSALÉM".

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

Lovat e Nova Jerusalém, Distritos de Umuarama, estão com suas construções escolares em madeira há mais de 15 anos e em péssimas condições de conservação, inclusive não havendo mais possibilidade para reforma dos mesmos.

Solicito pois a construção das salas de aula em alvenaria dentro dos padrões da FUNDEPAR, reivindicação das mais justas daquela população e que temos certeza haverá de merecer o reconhecimento por parte dessa fundação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo povo a 15 de novembro de 1982, e na conformidade do que lhes autorizam os artigos 19 da Constituição do Estado do Paraná e 34, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, vêm à presença de Vossa Excelência para requerer a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete membros, com prazo de 90 dias, e destinada a averiguar as atividades da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no período pré-eleitoral de 1982, tendo em vista as razões constantes da justificativa em anexo.

Pedem Deferimento,

Sala das Comissões, em 05 de abril de 1983.

(a) MÁRCIO DE LAMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Governador José Richa, coerente com sua proposta de moralização da gestão da coisa pública, e detalhada prestação de contas ao povo do Paraná, em repetidos pronunciamentos pré- e pós-eleitorais, manifestou-se energeticamente favorável à apuração, sem revanchismos pessoais, de incontáveis denúncias de corrupção imperante no governo recém-encerrado.

São exemplares declarações suas:

"Pergunta do jornalista: A auditoria nos cofres públicos que o Sr. prometeu será mesmo realizada?

RICHA: Vai. Nós não vamos ter nenhuma preocupação revanchista, não vamos realizar um governo movido pelo ódio — e sim pelo amor. É exatamente o amor que temos ao Paraná que nos obriga a não sermos coniventes com aquilo que foi feito de errado. Isso é evidente."

("Folha de Londrina", edição de 21/11/82, pág. 3).

"... um repórter quis saber como Richa combateria as mordomias e os focos de corrupção que ele próprio denunciara em sua campanha."

Ao que o governador respondeu:

"Nós vamos cumprir o que dissemos na campanha. E para isso precisamos, antes de mais nada, detectar os casos irregulares."

("Folha de Londrina", edição de 23/11/82, pág. 7).

O povo do Paraná, ao consagrar por expressiva maioria, os compromissos da Oposição, manifestou inequivocamente seu apoio à proposta de rigorosa apuração das irregularidades cometidas em seu nome.

E hoje, empossado o Governo, sente-se nas ruas a expectativa do cumprimento daquele compromisso.

Coerente com essa orientação, o atual Secretário de Saúde, quando já indicado oficialmente para o cargo, em entrevista ao mesmo jornal antes referido, afirmou:

"... que pretende eliminar as distorções extra-técnicas, de origem eleitoreira, que supõe-se existir na Secretaria que vai administrar por quatro anos. Segundo ele, não haverá medidas revanchistas contra seu antecessor, mas é preciso apurar rigorosamente — e com honestidade — a avalanche de denúncias

dando conta que a máquina administrativa da Secretaria da Saúde vinha sendo usada para interesses escusos.”

“(Folha de Londrina”, ed. 22/02/83, pág. 3).

São algumas das denúncias que, insistentemente têm circulado por amplos e variados setores da comunidade paranaense:

a) a utilização da estrutura da Secretaria da Saúde e do Estado na campanha eleitoral dos candidatos situacionistas, marcadamente na de seu penúltimo titular, através de despesas com correio, telefone, viaturas e o cadastro oficial daquele órgão.

b) dispensa de funcionários de suas funções normais para servirem como “cabos eleitorais” do candidato destacado acima.

c) a distorção das funções de chefes de Distritos Sanitários, que de responsáveis pelo planejamento e administração dos serviços sob sua jurisdição, transformaram-se em “tenentes eleitorais” daquele mesmo candidato.

d) a destinação de verbas para determinados municípios e organismos sob critérios político-eleitorais, e não atendendo às reais necessidades de saúde da população.

E, muito embora a função de uma Comissão Parlamentar de Inquérito seja justamente apurar os fatos denunciados, mediante a coleta de provas, valendo-se dos poderes que lhe são conferidos pela Lei Maior do Estado (arts. 19, 20 e parágrafos), desde logo junta-se ao presente requerimento um veemente indício de que muitas das denúncias referidas, e aquelas que surgirão no decorrer dos trabalhos, podem ser fundadas.

Trata-se da elaboração, impressão e distribuição de um panfleto político-eleitoral travestido de documento técnico, remetido a cerca de 30 mil paranaenses (médicos do Estado, servidores públicos, etc.), que além de abusar do senso crítico comum, pelas fotos que estampa, denunciadoras de seu real propósito, ainda teve como tentativa fracassada de disfarce, a substituição de sua página original de apresentação por outra, que retira o último parágrafo. Neste, evidenciava-se o verdadeiro objetivo eleitoral do panfleto.

Ao Poder Legislativo, cumpre efetuar o levantamento das irregularidades acima referidas, medida que não só corresponderá aos anseios da população como também comprovará a seriedade com que o atual governo pretende administrar os interesses públicos.

APOIAMENTO:

Sérgio Spada, Sabino Campos, Fiori Luiz, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Caíto Quintana, Djalma de Almeida, Homero Oguído, Irondi Pugliesi, Acir Mezzadri, Edmar Luiz Costa, José Fonseca, Ervin Bonkoski, Eduardo Baggio, Paulo Furiati, Osvaldo de Alencar Furtado, Nelson Vasconcellos, Tadeu França, Dirceu Manfrinato, Rubens Bueno, Antônio Anibelli, Mário Pereira, Amélia Hruschka, Adhail Sprenger Passos, Nilso Sguarezi, Roberto Requião, Nestor Baptista, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Artagão Mattos Leão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, e após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos da possibilidade, de que o Distrito Judiciário de Altamira do Paraná, na nova Lei de Organização Judiciária, seja incluído na área de influência da futura Vara Regional de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Tentamos justificar o pedido em anexo, tendo em vista vários problemas e prismas que devem ser considerados no momento

em que se quer o bem-estar de uma comunidade; tais como: o bem-estar social, a segurança da família, a economia popular e outras de igual importância.

Ora, Altamira do Paraná, dista da sede de sua Comarca, no caso Palmital, aproximadamente 70 km, ligada por estrada em péssimas condições, mormente em tempo chuvoso e, mesmo porque, por ser um município em fase de formação, seus moradores irão precisar constantemente dos serviços forenses e uma ou mais viagens, com o preço do combustível, estará, como está, onerando, em muito a já tão sofrida população altamirense, que honrada e ordeira procura seus melhores dias, sendo que Campina da Lagoa dista apenas 28 km, facilitando a todos que necessitarem fazer o percurso até a nova sede para tratar de assuntos forenses.

Considera-se, ainda, que os causídicos que atendem a população altamirense já residem em Campina da Lagoa, devido a distância e a facilidade de acesso, somado a outro fator importante que é a movimentação bancária, comercial e social é feita junta às entidades campinalagoanas, em seus respectivos setores.

E, o que mais justifica esta medida é o próprio conceito do Poder Judiciário “LEVAR A JUSTIÇA MAIS PERTO DO POVO”.

Assim sendo, salvo melhor juízo, estaremos fazendo justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata desta sessão, um voto de congratulações ao Reverendo José Ferreira Filho pelo transcurso das bodas de pérola de sua ordenação pastoral.

O acontecimento, comemorado no dia 27 de março de 1983 no templo da Comunidade Evangélica de Curitiba, se constituiu em motivo de júbilo para elevado número de co-estaduanos que, no decorrer dos profícuos trinta anos, receberam apoio moral e espiritual do notável líder.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado e à direção da Comunidade Evangélica de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine o estudo da viabilidade para o asfaltamento da rodovia que liga o Distrito de Herculanãdia, Ivaeté, Serra dos Dourados e Umuarama.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Herculanãdia, está a 70 km distante de Umuarama passando por Ivaeté e Serra dos Dourados, a rodovia é continuação do traçado que ultrapassando o Rio Ivaí, chega a Querência do Norte. Pertence à faixa de terras do arenito caiua, de fácil desagregação, formando a erosão do leito da estrada e portanto de difícil conservação.

Por se tratar de uma rica região, produtora agropastoril das maiores do nosso Estado, sua população espera que sejam o mais rapidamente iniciados os estudos para pavimentação, que sejam beneficiados com essa melhoria e sua produção tenha o escoamento normal para os grandes centros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de apelo aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja dado início, com a máxima urgência, a obras de asfaltamento da PR-585, no trecho que liga o Município de Toledo ao de Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo que os moradores de Toledo e Vera Cruz do Oeste, vêm reivindicando às autoridades estaduais a pavimentação asfáltica da PR-585, no trecho que interliga os dois municípios, mas até o presente estas suas aspirações não foram concretizadas.

Além do grande movimento, normal naquela rodovia, com a construção da Itaipu Binacional, determinou na região uma profunda mudança em sua estrutura econômica, ocasionando um desenvolvimento das atividades turísticas em toda a região, exigindo por sua vez a implantação de um sistema viário condizente com a nova realidade do Oeste paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Senhor José Maria Loyola Laport, Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal do DNER, solicitando imediatas providências no sentido de recuperar o revestimento asfáltico da BR-277, Rodovia do Café, que em diversos trechos encontra-se sem condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido prende-se ao fato de que a citada rodovia encontra-se parcialmente destruída em vários trechos e ainda com sinalização deficiente, o que tem acarretado sérios problemas aos usuários, inclusive colocando em risco de vida os motoristas que obrigatoriamente por ali trafegam, sem as menores condições de segurança.

Cabe também salientar que nos próximos meses, com a safra de soja, que é praticamente escoada por esta via até o Porto de Paranaguá, o movimento de caminhões será muito maior e conseqüentemente poderão ocorrer acidentes lamentáveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER junto ao Secretário dos Transportes, Sr. DENI LINEU SCHWARTZ, que seja construída uma ligação asfáltica entre o Distrito de SANTA MÔNICA à rodovia que liga os Municípios de SANTA IZABEL DO IVAÍ e PLANALTINA DO PARANÁ - PR, ligação esta que se faz necessária, devido ao grande fluxo de transportes BOVINOS e PRODUTOS AGRÍCOLAS.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao CONCINE - Conselho Nacional de Cinema, manifestando-se contrariamente à iniciativa que visa extinguir a meia-entrada de cinema em todos os cinemas do Brasil.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A classe estudantil brasileira está revoltada com a referida proposta, já que o privilégio de se pagar meia-entrada nas sessões de cinema é um dos poucos que lhes resta. Entidades estudantis de todo o país são contrárias à extinção da meia-entrada e a elas nos associamos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado do Excelentíssimo Senhor Doutor Secretário dos Transportes DENI LINEU SCHWARTZ, uma ligação asfáltica entre as cidades de GRANDES RIOS à ROSÁRIO, dado ao grande fluxo de transportes daquela região, devido ao escoamento de suas safras agrícolas.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado do Doutor JOSÉ FARIA RATTON, Superintendente do IPE, para que seja instalado um Ambulatório Médico em Apucarana - PR, devido ao grande número de previdenciários.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e ao Instituto Agrônomo do Paraná, no sentido de que sejam tomadas urgentes providências para que seja mantido o Laboratório de Análise de Solo de União da Vitória.

Tal solicitação deve-se ao fato que vem preocupando os produtores agrícolas da região pela necessidade dos serviços prestados pelo laboratório.

Acompanha tal pedido ofício do Senhor Prefeito Municipal, representantes da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e o Deputado que este subscreve.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

Apoiamento: ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente o subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER junto ao Secretário dos Transportes, Sr. DENI LINEU SCHWARTZ, que seja construída uma ligação asfáltica entre ALTO ALEGRE, Município de COLORADO à ÁGUA DO "Ó" no Município de SANTA FÉ - PR, devido ao grande número de transportes BOVINOS e SAFRAS AGRÍCOLAS.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o encaminhamento de veemente apelo ao Tribunal Superior do Trabalho, para a inadiável necessidade de criação e instalação de uma Junta de

Conciliação e Julgamento em Pato Branco, neste Estado do Paraná, além dos demais municípios mencionados no pronunciamento da Excelentíssima Senhora Doutora Juíza Carmem Ganem, digníssima Presidente do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná, divulgado pela "Gazeta do Povo", edição de seis de março corrente.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Quando proeminentes vozes se irmanam em proclamar as deficiências da Justiça Trabalhista no Estado do Paraná, por falta de Juntas de Conciliações e Julgamentos em vários Municípios do Estado, a Assembléia Legislativa do Paraná, empresta sua unânime solidariedade a esta justa reivindicação, na certeza de que um empenho comum das classes mais representativas da sociedade paranaense, colimará na consecução do objetivo maior, ora reivindicado no âmbito trabalhista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de dirigir-me à presença de Vossa Excelência, com a especial finalidade de solicitar vossos valiosos préstimos no sentido de conceder-me trinta dias de Licença, para tratamento de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito da oportunidade, para renovar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) WILSON FORTES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 17/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Maria, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Maria, está devidamente registrada em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente à coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este plano de lei, cumprindo assim, as exigências da legislação pertinente à matéria de utilidade pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 18/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — As divisas e confrontações descritas no artigo 1.º da Lei nº 7576, de 12 de maio de 1982 ficam retificadas, constando-se Arroio da Zona Colonizada em vez de Arroio da Areia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(aa) EZEQUIAS LOSSO e TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Turvo, criado pela Lei nº 7576, abrangeu o

território correspondente ao antigo Distrito Administrativo de mesmo nome, então pertencente ao Município de Guarapuava.

Feitos os levantamentos pelo Instituto de Terras e Cartografia, entretanto, se verificou um erro na descrição das divisas e confrontações, ficando uma área de terras, que anteriormente pertencia ao Município de Guarapuava, encravada entre Turvo e Prudentópolis (conforme mapa anexo e ofício do Presidente da Câmara Municipal).

Ora, como é legalmente impossível a descontinuidade territorial, impõe-se a retificação para que o Município de Turvo, resultante do desmembramento tenha, por direito, a área apontada.

Cabe, finalmente, considerar que os cidadãos residentes sobre o território em tela, participarem do plebiscito realizado para a criação do Município de Turvo, no qual estão totalmente integrados.

PROJETO DE LEI Nº 19/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Esperança, com sede no Município de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa demonstra que a entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública satisfaz plenamente as exigências da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, visto que sua finalidade é a de proteger e dar assistência aos trabalhadores da agricultura.

PROJETO DE LEI Nº 20/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Cascavel com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, desde a sua fundação em 1968, vem prestando relevantes serviços à comunidade cascavelense no sentido de dar assistência e proteção à maternidade e à infância em geral.

A documentação anexa, demonstra que a entidade em apreço, preenche todas as exigências da Lei que regula a matéria, razão pela qual espera-se a unânime aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira.

Antes porém, esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças em plenário, dos Srs. Agenor Pasquale, Prefeito Municipal de Cafelândia, bem como da Vereadora Graça Mello Moraes e Miro Stresser, Vereadores de Ivaiporã, e também, do Sr. Afonso Reis Teixeira Filho, Vereador e Secretário da Câmara Municipal de União da Vitória.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há algum tempo atrás, as cooperativas da região Oeste estavam entrando em contato com os agricultores para verificar qual a intenção de plantio de trigo, qual a área que cada um

dos agricultores cooperados pensavam em utilizar para o plantio do trigo, porque somente sabendo a cooperativa qual a área prevista de plantio, é que poderia tomar providências no interesse da cooperativa e dos cooperados, no que concerne à compra de sementes.

É sabido, Sr. Presidente, que as cooperativas não têm condições, hoje, de criar grandes estoques de sementes, em função do alto custo do saco de semente. Mas, não podem também, por falta de definição da área de plantio, comprar semente a menos para que quando chegue a época do plantio, falte semente e a cooperativa se veja obrigada a, durante o plantio, comprar a preços já aviltados, a semente que poderá faltar.

Pois bem, a cooperativa tentava então descobrir, através de pesquisas junto a seus cooperados, qual a intenção de plantio e não poderia ela conseguir obter resposta dos agricultores, porque o Governo, em tempo hábil, não definiu o VBC, o Valor Básico de Custeio; e é evidente, Sr. Presidente, que os agricultores, não sabendo qual seria o Valor Básico de Custeio, não poderiam eles decidir se iriam plantar ou não, trigo em suas áreas. Ou se iam plantar, qual a área que iriam utilizar com o plantio de trigo. Isto criou graves transtornos às cooperativas da região oeste, porque só tardiamente o Governo veio a definir o VBC, trazendo prejuízos à todas as cooperativas.

E agora, Sr. Presidente, recebo um telex da COTRIGUAÇU que é a Cooperativa que congrega sete outras cooperativas da região oeste, responsável por 20% de toda a safra do Estado; na hora em que se colhe a safra de soja no Paraná, não há dinheiro para comercialização. Quero ler aqui da tribuna, o telex recebido, da COTRIGUAÇU: (Lê):

“Os sojicultores do Paraná, provenientes do Oeste do Paraná, responsáveis por 20% da safra estadual, fizeram uma ameaça, a semana passada, em telex, endereçado ao Presidente Figueiredo e Ministros da área econômica, ou o Governo libera 30 bilhões para a comercialização da presente safra de soja, sendo 10 bilhões, imediatamente em empréstimos do Governo Federal, EGF, ou eles terão que partir em caravana para Brasília, a partir do início desta semana, reivindicar o atendimento de suas necessidades.

Ao dar a informação, José da Luz Uchoa, presidente da COTRIGUAÇU, Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda., órgão que congrega mais de quarenta mil agricultores, salientou que o setor já teve prejuízos incalculáveis nos últimos dias, quando vinte mil toneladas do produto foram comercializadas por Cr\$ 800,00 por tonelada, abaixo das suas cotações normais, por falta de financiamento oficial.

Ainda, segundo o presidente da COTRIGUAÇU, de um milhão de toneladas, cerca de 60%, ou seja, seiscentas mil toneladas da produção regional, estão colhidas e depositadas nas cooperativas, à espera do dinheiro para comercialização; enquanto isso, as agências do Banco do Brasil, na região, não estão operando com EGFs, por falta de recursos; reinando um clima de verdadeiro desespero, entre os sojicultores, que necessitam saldar seus compromissos bancários.

Se agências do Banco do Brasil, não receberem instruções, para repassarem o dinheiro imediatamente, em quinze dias, são precisará mais fazê-lo.”

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta, mas o seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)
“A Sociedade se arma. A tal ponto chegaram a violência e a

criminalidade no Brasil, de modo geral, no oeste paranaense e, nesta cidade, em particular, que expoentes da sociedade local, com apoio do Rotary Clube Cascavel Harmonia está propondo às autoridades constituídas, a criação de um Conselho Municipal de Segurança, ao qual seriam atribuídas funções parapoliciais, tais como “fiscalização dos serviços policiais disponíveis”, criação e manutenção de uma Guarda Civil Municipal que seria subsidiada por uma taxa tributária etc. O Conselho Municipal poderia ser consultado ainda, na escolha das chefias dos serviços policiais, atuaria na orientação dos serviços de trânsito, entre muitas atividades que seriam coordenadas por pessoas da comunidade, que fariam parte do Conselho.

Democraticamente, o Rotary Clube Cascavel Harmonia vem solicitando sugestões às lideranças cascavelenses e em sua justificativa para iniciativa de tal envergadura, justifica, “Preocupados com o alto índice de criminalidade que vem se alastrando em nossa comunidade e em todo o Oeste do Paraná, motivados pelo espírito rotariano do bem servir, solicitamos a colaboração dos companheiros no sentido de nos suprir de subsídios que venham ao encontro das soluções almejadas por todos nós”.

Assim, reunidos no início da semana, na sede do Rotary Harmonia, jornalistas, empresários e profissionais liberais, chegaram à conclusão que a insegurança nas áreas urbana e rural chegou a pontos insuportáveis e a continuidade de assaltos, roubos de automóveis e violências de toda ordem nos obrigam a uma tomada de posição, sob pena de os criminosos e delinquentes de todos os tipos passarem a controlar todos os setores da sociedade. Situação deveras preocupante, sem dúvida.

Liderados pelo presidente Edgard Prado Lopes Filho e pelo secretário Humberto P. Arges, os membros do Rotary foram recebidos pelo Prefeito Fidelelino Tolentino, que hipotecou amplo e irrestrito apoio à causa, ele que como autoridade-mor do município está perfeitamente inteirado do momento de tensão que se insuportável vivido por esta comuna.

O que nos parece um tanto surpreendente é que a sociedade civil, que arca com as despesas de manutenção das forças de segurança, seja obrigada, ela própria, a criar e manter mais um organismo de cunho policial, voltado à sua auto-segurança. Não é exagero imaginar que algo, além da própria estrutura social, que faz delinquir cada vez mais um maior número de pessoas, está com problemas sérios, talvez atravessando uma crise de confiança e credibilidade.

Cada dia que passa, é maior o número de agentes das polícias Civil e Militar e até Federal, envolvidos marginalmente na criminalidade. Tanto que nos momentos de apuro, hoje, o cidadão comum já não sabe por quem chamar. Ou melhor, está decidindo chamar por si próprio.

Li esta matéria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e peço que seja inserida nos Anais desta Casa, que em linha geral, é o editorial do jornal “O Paraná”, de Cascavel, na edição de sexta-feira, 19 de abril do ano vigente de 83, Assim, pois, pedimos, dado a relevância da matéria, dado ser um momento oportuno para que possamos discutir cada vez mais, nesta Casa, a preocupação de todos os segmentos da sociedade com toda a sua segurança.

Peço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o editorial do jornal “O Paraná” seja transcrito na sua íntegra nos Anais desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

A SR^a IRONDI PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê) : “As denúncias de um amplo processo de corrupção no Estado, caracterizado pelo desvio de verbas públicas, especialmente as enviadas pela Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios, do governo anterior às Prefeituras Municipais, nos colocam diante de um desafio:

Aceitamos, nesta Casa, a impostura, ou assumimos nossas responsabilidades como dignos representantes do povo paranaense. Tomamos as iniciativas necessárias para que a questão seja investigada e julgada, ou nos reduzimos à omissão e à convivência com os crimes cometidos?

Não são apenas problemas municipais, secundários do ponto de vista de nossas atribuições. Trata-se, Senhores, de uma evidente adulteração da probidade, da honestidade de administradores municipais, na manipulação de verbas repassadas pelo Estado para a execução de obras públicas.

As provas são tantas e envolvem vários ex-Prefeitos municipais. Permito-me citar algumas dessas aberrações:

1 — A Prefeitura de Mandaguari adquiriu mais de dez quilômetros lineares de meio-fio, através da nota fiscal nº 3340, da firma Hernandez e Cia. Ltda. Na primeira via uma quantia elevadíssima, de Cr\$ 2.002.000,00. Na quinta via da mesma nota fiscal, destinada ao fisco, a quantia irrisória de Cr\$ 6.480,00. Esta despesa foi paga através de empenho, com recursos enviados pela Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios através do cheque nº 765466 do BANESTADO, conta nº 2723, no valor de Cr\$ 3.595.000,00.

2 — No pequeno Município de Nossa Senhora das Graças, apenas em novembro e dezembro, foi empenhada e paga a importância de Cr\$ 535.000,00 referentes ao uso de táxi. Dinheiro público utilizado indevidamente e contabilizado da forma mais canhestra, revelando a certeza da impunidade.

3 — Em Arapongas, minha cidade, o Procurador da Prefeitura providencia a exigência legal para que o ex-Prefeito Antônio Grassano Júnior devolva aos cofres públicos cerca de Cr\$ 6.000.000,00, quantia esta que o município deixará de recolher aos cofres públicos, por uma liberalidade daquele Prefeito, que descumpriu a lei orçamentária municipal, como se os recursos públicos pudessem ser manuseados ao seu critério.

4 — Em Formosa do Oeste, uma auditoria da Prefeitura aponta irregularidades na utilização de verbas e na sua contabilidade, incluindo o pagamento de contas e despesas assumidas pelo PDS, na última campanha eleitoral.

5 — Irregularidades na outorga de procurações, diárias recebidas indevidamente e patrocínio da convenção de partido político, também foram encontradas nas contas do ex-Prefeito de Céu Azul, conclusão levantada pela auditoria solicitada pela gestão que inicia.

Os exemplos são muitos. Tenho em mãos os documentos que comprovam irregularidades de toda a ordem. Na sua rudeza cínica, Prefeitos habituados a total impunidade por seus atos cometeram desmandos absurdos. Este procedimento ajudou a agravar a difícil situação dos municípios que há muito perderam sua autonomia e sua capacidade de gerir os interesses da comunidade por uma legislação tributária e concentradora.

Que atitude devemos tomar diante desta situação?

Alguns Deputados do PDS já se pronunciaram. Preferem a omissão. Pedem que lavemos as mãos e deixemos a questão para que seja analisada e julgada em outras instâncias. Ora,

Senhores, a corrupção administrativa em âmbito municipal manipulou verbas estaduais e conduziu à falência grande parcela de nossos municípios. Como podemos calar diante de quadro tão grave? Como podemos esperar de braços cruzados diante de tanta iniquidade?

Somos favoráveis à instalação de uma comissão que investigue essas denúncias, que proceda o exame das relações entre o Estado e os municípios no governo anterior, especialmente no que se refere à distribuição de verbas através da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios.

É bom lembrar, para aguçar a sensibilidade de todos os que compõem a comissão neste momento, que enquanto alguns desviavam verbas públicas para enriquecer ou para fortalecer seu partido político nas eleições, que a população deste Estado vive dias negros. Mais de 10% da população, economicamente ativa, está desempregada. A mortalidade infantil voltou a crescer como fruto da desnutrição. Há municípios paranaenses cujas administrações estão imobilizadas pela falta total de recursos, e não podem atender aos reclamos da população.

Ficar com a atitude da omissão?

Aliar-se à impostura que pede o silêncio diante de tantos crimes contra o povo deste Estado?

Não.

Exigiremos desta tribuna o procedimento que a honestidade exige e que a dignidade de nosso mandato requer. Queremos a investigação desse processo de corrupção. Queremos o fim dos desmandos. Queremos a punição dos criminosos.”

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem o prazer de anunciar a presença, neste plenário, do Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Graças, Sr. João Lopes.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O então regime de perseguição, delação, maldade e perversidade, parece ter implantado em alguns corações e em algumas almas, a insensibilidade, a dureza, a frieza e, o que é pior, a desumanidade!

Prefeitos, que se elegem por um Partido, para administrar o município e proporcionar o bem-estar dos seus munícipes, transformam-se, repentinamente, em verdadeiros monstros de perseguições, de atitudes macabras, indignas de um ser humano!

É o que acontece com os Prefeitos de Alto Paraná, e Itapira, Sr. José Sílvia Buss e Wagner Batista de Souza, respectivamente, que, não contentes em demitir, transferir e perseguir, desrespeitam, ainda, o direito das crianças residentes na área rural, de se alfabetizarem, inflacionando o preço do transporte, de Cr\$ 500,00 para Cr\$ 5.000,00! Esta é uma importância exorbitante para um morador da área rural do Noroeste do Paraná, muitos deles, com três, quatro ou cinco filhos em idade escolar; não poderiam e não podem, realmente, arcar com uma mensalidade que orça entre Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 30.000,00 para manter os seus filhos nas escolas! Esta é uma atitude maldosa do Prefeito de Alto Paraná, contra quem levantamos a nossa voz, em protesto veemente, pela desumanidade, pela maldade que se pratica com as crianças da área rural!

Senhores, neste Brasil haverá de haver mais amor!

O Prefeito de Itapira, numa atitude inconsequente e desumana, também não contente em perseguir,

em demitir, em destruir, instalou, agora, a perseguição às senhoras grávidas, exoneradas agora das suas funções do Magistério, pelo simples crime de haverem feito a campanha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro!

Senhores, faço esta denúncia, para que se registre nos Anais deste Poder, a atitude desumana e incompreensível para com os seus próprios munícipes, de dois Prefeitos que não se colocaram, ainda, na época moderna, onde as Administrações têm que ser voltadas para a comunidade no seu todo, e não pode ser uma Administração exclusivamente partidária porque, para partidários, existe a Presidência do Partido, um Prefeito, como o Governador, é eleito para administrar o bem geral do Estado, e do município. E, hoje, por ter, também, aumentado a taxa de imposto municipal dos motoristas de táxi, de Cr\$ 900,00 para Cr\$..... ...18.000,00 tentando impedir o trabalho de profissionais honrados e decentes, que, com o suor dos seus rostos, sustentam as suas famílias. Temos de denunciar, de registrar essas atitudes incorretas e desumanas de dois Prefeitos que, ludibriando, talvez, a boa fé do povo que neles acreditou esperando que eles fizessem uma administração principalmente humana, talvez não, cheia, não repleta de grandes obras, mas repleta e cheia de muito amor para com todos os seus vizinhos, todos os seus munícipes!

É com profunda revolta e com profundo pesar que volto da região Noroeste - onde passei a minha Páscoa visitando os meus correligionários - com a denúncia de fatos como estes, de crianças que, hoje, andam pelas pradarias montadas em cavalos, burros e jumentos, para poderem ir às escolas; professores e professoras, usando o mesmo veículo de transporte, como se nós estivéssemos voltando aos tempos de Brasil-Colônia!

Senhores, há que haver mais bondade, mais dignidade no trato da coisa pública. E, essas atitudes, fogem ao cunho partidário porque elas estão acima dos Partidos, a Administração, deve ser, acima de tudo, humana!

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Tomamos conhecimento pela imprensa, que o Ministério do Interior, estaria disposto a implementar o Programa de Assistência aos Municípios. E com um detalhe: para atender, com prioridade, os municípios situados no Nordeste, em regiões menos desenvolvidas e sujeitas a fenômenos climáticos.

O Programa de Assistência aos Municípios já é conhecido por todos. Criado como instrumento político, distribuindo verbas para municípios com fins eleitorais, o Programa volta agora a ser incrementado. E numa curiosa coincidência: numa região que já recebeu a promessa da área federal de ser a mais bem aquinhoadada na distribuição das benesses, governamentais.

Para este Programa o Ministério do Interior deverá levar em conta, segundo as informações, aspectos ligados aos prejuízos deixados pelos fenômenos climáticos. Mas, em nosso entendimento, outros aspectos deveriam merecer os favores desse Programa. E aqui no Paraná, temos tantos desses nas mesmas condições.

São aqueles municípios devastados por administrações irresponsáveis, má gerência apoiadas no sinecurismo, na malversação do dinheiro público. Hoje, no Paraná, dezenas de municípios sofrem os efeitos da orgia de gastos praticada por Prefeitos que jogaram tudo na tentativa de se manterem no comando político. Perderam. E com eles, o comprometimento de receitas futuras, numa malfadada herança administrativa aos seus sucessores.

Ocupamos hoje, esta tribuna para reivindicar ao Poder Executivo do Estado do Paraná, formulação de um Plano de emergência para atendimento aos municípios com orçamento não superior a 300 milhões de cruzeiros, no corrente exercício. São exatamente essas municipalidades que enfrentam hoje dificuldades para o pagamento de seu funcionalismo público. São eles que necessitam de recursos para colocarem dia as folhas de pagamento em atraso.

Não se propõe aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a concessão de verbas para a consecução de obras ou continuidade de programas administrativos. Desejamos, sim, condições às municipalidades para cumprimento de suas obrigações financeiras com seus funcionários. Sabemos de inúmeros casos de atraso de até seis meses no pagamento dos salários dos professores municipais. É inconcebível tal conjuntura num momento econômico como o que atravessamos.

Fica aqui o nosso apelo em forma de sugestão ao Governo Estadual. E o fazemos, certo de que, caso haja sua execução os critérios serão de novos tempos. De um tempo de mudança”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, responderei amanhã ao Sr. Deputado Alencar Furtado, das acusações infundadas que faz contra o nosso Prefeito Municipal de Tapira, nosso companheiro Wagner.

Gostaria de transcrever nos Anais Sr. Presidente, a nota oficial publicada nos jornais de todo o Paraná, da Associação das Empresas Proprietárias de Jornais, Diários e Revistas do Paraná, atendendo denúncia de seu filiado, a Editora Estado do Paraná, por decisão unânime de sua diretoria.

Transmite a seguinte nota oficial (Lê):

“ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNAIS DIÁRIOS E REVISTAS DO PARANÁ

A Associação das Empresas proprietárias de Jornais Diários e Revistas do Paraná, atendendo denúncia de seu filiado “Editora O Estado do Paraná”, por decisão unânime de sua diretoria, transmite:

Incondicional solidariedade aos colegas do jornal “O Estado do Paraná”, pelo cerceamento a liberdade de seus jornalistas, bem como às ameaças de boicote econômico, medidas antidemocráticas e que ferem a liberdade de imprensa, a duras penas reconquistada após tantos anos de lutas.

Repele com energia a intenção de se atingir o bem mais precioso que existe no mundo, a liberdade consagrada nos países livres como o nosso, da liberdade integral de imprensa.

Liberdade que se consagra no exercício pleno da função de jornalista, liberdade que se constata livre da influência estatal que no uso de sua força econômica-financeira, pretenda conspurcá-la.

Liberdade sem o jugo dos regimes espúrios que ameaçam com a força em todas as formas, na ânsia de obter o silêncio do jornalista e do jornal.

A democracia é instituição do mundo livre.

A pedra basilar é a liberdade de imprensa.

Podem ter certeza os confrades de "O Estado do Paraná" que a Associação de Classe não titubeia e nem titubeará na defesa intemorata dos sagrados princípios que norteiam a liberdade de imprensa.

Do Governo esperamos respeito e não favores. A imprensa segue seus passos e os jornalistas de mãos limpas ajudam a formar a grandeza do Paraná.

Curitiba, 04 de abril de 1983.

(a) Abdo Aref Kudri
Presidente"

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna desta Casa para, nesta oportunidade, dar encaminhamento ao requerimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as atividades da Secretaria da Saúde e Bem-Estar no período pré-eleitoral de 82. O PMDB se comprometeu a elaborar e implantar uma nova política de saúde no Paraná. Sempre combatemos a anterior política por ser antipopular, anti-nacional e autoritária.

Pois bem, resta provar o caráter corrupto daquela política, uma vez que inúmeras publicações já têm demonstrado o seu elitismo e impopularidade. E, na condição de Membro do Poder Legislativo, cumpre da nossa parte a proposta de levar a fundo a prova que se levanta constantemente sobre os desmandos e as irregularidades na área da Secretaria de Saúde e Bem-Estar, notadamente no período pré-eleitoral de 82.

Além disso, como conseguir cumprir com a diretriz de participação comunitária no campo da saúde, quando se avolumam as suspeitas de desvios de recursos e de clientelismo eleitoral na estrutura da CESP. E dão-se os esclarecimentos necessários imprescindíveis para restaurar a credibilidade do povo, na saúde pública paranaense.

Esta iniciativa, e do requerimento, da CPI, visa chamar a atenção de todo o povo do Paraná e em particular de toda a equipe de trabalho da Secretaria da Saúde da Saúde e Bem-Estar, com vistas a não se admitir jamais a inversão dos seus objetivos através do eleitoralismo. Esta CPI tem como meta maior contribuir para a implantação de uma política estadual de saúde, limpando o terreno movediço que hoje coloca em risco as bases e edificação do novo sistema de serviços de assistência médico-sanitária.

Já foi o tempo de fenômeno da diluição da culpa, do fenômeno da diluição da responsabilidade que trazem como consequência imediata a impunidade pelos desmandos e irregularidades cometidas. A CPI requerida, conforme modelo institucional será composta por sete Membros, com prazo de noventa dias de atuação e nós acabamos de entregar à Liderança da Bancada do PDS possam analisar, e daqueles que surgir a concordância com a CPI para que se faça a devida assinatura.

O termo de justificativa da CPI, na sua íntegra, é a seguinte: (Lê):

"O Governador José Richa, coerente com a proposta de moralização da gestão da coisa pública e detalhada prestação de contas ao povo do Paraná, em repetidos pronunciamentos pré e pós-eleitorais, manifestou-se energicamente favorável à apuração, sem revanchismos pessoais, de incontáveis denúncias de corrupção imperantes no Governo recém-encerrado.

São exemplares declarações, como a estampada na "Folha de Londrina", da edição de 21 de novembro de 1982, pág. 3, em que respondendo numa entrevista com um jornalista sobre o cumprimento da promessa de auditoria dos cofres públicos, diz o nosso Governador José Richa: "Vai ser realizada, não vamos ter nenhuma preocupação revanchista, não vamos organizar um

Governo movido pelo ódio e sim pelo amor. É exatamente o pelo amor que temos ao Paraná que nos obriga a não sermos coniventes com aquilo que foi feito de errado. Isto é evidente."

Em outra oportunidade, numa entrevista de 23 de novembro de 82, antes, portanto, da posse, pág. 7, um repórter quis saber como Richa combateria as mordomias e os focos de corrupção que ele próprio denunciara em sua campanha, ao que o Governador respondeu: "vamos cumprir o que dissemos na campanha e, para isto, precisamos antes de mais nada, detectar os casos irregulares".

O povo do Paraná ao consagrar, por expressiva maioria, os compromissos da Oposição, manifestou inequivocamente seu apoio à proposta de rigorosa apuração das irregularidades cometidas em seu nome. E hoje, empossado o Governo, sente-se nas ruas a expectativa do cumprimento daquele compromisso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, coerente com esta orientação, o atual Secretário da Saúde, quando já indicado oficialmente para o cargo, em entrevista ao mesmo jornal antes referido, afirmou que pretende eliminar as distorções extra-técnicas, de origem eleitoreira, que supõe-se existir na Secretaria que vai administrar por quatro anos. Segundo ele, "não haverá medidas revanchistas contra seu antecessor, mas é preciso apurar rigorosamente, e com honestidade, a avalanche de denúncias dando conta de que a máquina administrativa da Secretaria da Saúde vinha sendo usada por interesses escusos. "Folha de Londrina", 22-02-83, pág. 3".

Estas são algumas das denúncias que insistentemente têm circulado por amplos e variados setores da comunidade paranaense. E antes que passemos a indicar os fundamentos do requerimento desta CPI, apontando as pistas que nos obrigam a averiguar e tentar comprovar o que se denuncia e se denunciou, antes disto gostaríamos de ceder a palavra ao nobre Deputado que a pediu.

O Sr. Tércio Albuquerque — Agradeço a Vossa Excelência a oportunidade que me dá de dialogar um pouco sobre a Secretaria da Saúde e seus problemas. O ex-Secretário, Oscar Alves, Deputado Federal mais votado do PDS do Paraná, recebeu a Secretaria da Saúde do ex-Secretário Hélio Freire, hoje seu companheiro do PMDB. Uma Secretaria realmente que estava desfalcada de material humano, de equipamento necessário para que os distritos e as unidades sanitárias do Interior do Estado, funcionassem a contento com a população. O Secretário Oscar Alves, de comum acordo com a sua equipe, passou a realizar um estudo profundo, sobre a saúde pública do Paraná. E para lá levou profissionais realmente competentes. Não usou de política, para nomear funcionários, em qualquer cidade do Estado e até mesmo na Capital. Foi feita uma reciclagem nos funcionários lá existentes. E os que entraram depois, no decorrer da administração do Secretário Oscar Alves, fizeram o curso de sanitarismo e foram realmente preparados com convênios assinados entre o Estado e os profissionais liberais, com o compromisso de dois anos, a Secretaria da Saúde manter os profissionais, como também estes responsabilizando-se a permanecerem na Secretaria da Saúde, dando exclusividade. Porque anteriormente à sua administração, os médicos que eram nomeados como chefes de distritos sanitários, tinham funções em hospitais, nos seus consultórios particulares, e hoje ficou diferente. O chefe, tem dedicação exclusiva: tem que atender os problemas de saúde pública, em cada município seu. Então, acha Vossa Excelência ou quem quer que seja, que houve um aumento excepcional, considerável, de funcionários naquela Secretaria, mas realmente ele recebeu a Secretaria, como já disse, não equipada com o pessoal e nem com aparelhamento. Então, foi necessário um volume maior de funcionários; e digo a Vossa Excelência, nobre Deputado, que tem demonstrado uma inteligência, capacidade na sua condição como Deputado na Assembleia Legislativa, representando a região do Norte, mais

precisamente, Londrina; e que se Vossa Excelência fizer um estudo mais aprofundado sobre a Secretaria da Saúde, realmente vai encontrar algumas falhas - e há falhas em todos os setores da administração pública, do passado e já do presente, também já se encontra falha e vai se encontrar no futuro. Isso é normal. Agora, num estudo aprofundado, Vossa Excelência vai sentir que as falhas são superadas pelo grande desenvolvimento que a Saúde Pública teve no Estado do Paraná. Mas, se olhar pelo lado político, o lado do revanchismo, aí vai se magoar muita gente; vai se destruir famílias inteiras, que estão sendo exoneradas dia-a-dia no Estado do Paraná. E famílias até mesmo que votaram no PMDB, porque a maioria do funcionário público, estava descontente e votou no partido de Vossa Excelência. Agora, se o Governador José Richa dissesse que iria exonerar o funcionalismo público do Paraná, contratado de dois anos para cá; se fizesse a exemplo do Governador de Goiás, que quem ganha até dois salários-mínimos não é exonerado, porque está carente e necessitado, então estariam gerando um problema social, as exonerações no Paraná. Isto não é possível, nobre Deputado. Temos que olhar esse Paraná como todo o nosso; não um Paraná político. Um Paraná de revanchismos e ataques pessoais de caça às bruxas, que Vossa Excelência tem feito ultimamente. E muito mais, está patente, a população do Paraná já é testemunha desses fatos.

Nós estamos de acordo: nenhum Deputado do PDS disse que vai ficar alheio a quem corrompeu, a quem foi corrompido. Há corrupção, nós estamos com vocês nos atos de corrupção comprovadas. Mas, o que nós não podemos aceitar são mentiras, são vinganças políticas, não podemos aceitar isso. Vossa Excelência, eu agradeço o aparte, e continuo a dizer: é uma das expressões que esta Casa ganhou nesta última eleição.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Nobre Deputado, agradeço a contribuição e de fato não houve nesse meu pronunciamento como nos anteriores, nenhuma negativa em reconhecer os acertos que Governos anteriores em determinados setores realizaram. Concretamente, aproveitando a sua contribuição, não há nas atividades dos termos políticos e nem profissionais, não só de nossa parte, como de nenhum companheiro da oposição paranaense, nenhum questionamento quanto ao avanço que se teve na saúde pública paranaense com a contratação, através da realização dos cursos de sanitarismo como norma fundamental. Também, quanto ao avanço que se teve pela exigência de que as chefias do distrito sanitário venham a ser assumidas por funcionários com dedicação integral de tempo de trabalho.

Com tudo isso não nos sentimos à vontade para concordar. No entanto, com as afirmativas como é o caso da que o ex-Secretário Oscar Alves, não tem usado de política na composição da sua equipe, na medida em que se justifica corretamente a necessidade de aumentar o quadro de trabalho da Secretaria pelo aumento de serviços colocados à disposição da comunidade. Com que serviços, com que qualidade, e com que modelo, é o que nós questionamos. Questionamos não no momento de agora. Questionamos na campanha eleitoral, antes da mesma através dos debates dos fóruns específicos da saúde nas universidades, em áreas de saúde pública do Paraná.

Questionamos, porque justamente a proposta que o PMDB trouxe com a campanha a traz agora com a nova equipe da Secretaria de Estado da Saúde, é oposta da proposta que se desenvolveu até hoje na Saúde Pública do Estado do Paraná. Não vamos nos aprofundar no detalhamento técnico, maçante, pois não é o ambiente propício no momento em que é o inverso daquilo que propõe o PMDB e que passa a executar a partir de 15 de março deste ano em termos de modelo simplificado e não especializado com o que se tem em termos de custo elevado e não aproveitando as recomendações da Organização Mundial da Saúde na prática, embora no discurso o Sr. Secretário anterior tenha empossado os mesmos

compromissos do tal chamado modelo de detenção primária, que o Ministério da Saúde recomenda. Mas, na prática, isso não se implantou. Tanto não se implantou que hoje se sente uma necessidade do meio condicional da saúde como uma necessidade de mudança. Mas, para viabilizar, para facilitar esta implantação da nova política, é urgente que se recomponha a credibilidade no seio da Secretaria da Saúde do Paraná. Tanto interna como a nível público. Nós não podemos fechar os olhos à situação de descrédito que hoje atinge a Secretaria, nos vários setores. Descrédito trazido por fatos que nós aqui colocamos, como justificativa, inclusive de uma CPI, fatos que colocamos como suspeita, mas que nos sentimos na obrigação de esclarecer e tentar comprovar, como por exemplo, quem aqui dos companheiros não tem conhecimento, como por exemplo: a) a utilização da estrutura da Secretaria da Saúde na campanha eleitoral dos candidatos situacionistas, marcadamente do seu penúltimo titular, através de despesas de correio, de telefone, viaturas e o cadastro oficial daquele Órgão. E já trazemos aqui, um indício de prova de utilização de estruturas de despesas de correio, telefone, viaturas e o cadastro oficial. Fatos envolvendo situações como: b) a dispensa de funcionários de suas funções normais para servirem como cabos eleitorais do candidato destacado acima; c) a distorção das funções dos chefes dos distritos sanitários, responsáveis pelo planejamento e administração dos serviços sob sua jurisdição, transformaram-se em tenentes eleitorais daquele mesmo candidato. Quem é capaz de negar, quem não pode levantar, aqui, fatos envolvendo chefes de distrito com esta atuação?

Jornais da época estamparam esses fatos com provas, com xerox de material utilizado pela Secretaria da Saúde, na convocação de companheiros para a campanha. Fatos em torno de situações como: d) as destinações de verbas para determinados municípios e organismos sob critérios político-eleitorais, não atendendo às reais necessidades de saúde da população.

Veja bem: muito embora a função de uma CPI seja a de apurar os fatos denunciados, mediante a coleta de provas, valendo-se dos poderes que lhe são conferidos pela lei, desde logo junta-se ao presente requerimento, o indício veemente de que muitas das denúncias referidas e aquelas que surgirão no decorrer dos trabalhos desta Comissão, através do qual solicitamos a participação e colaboração de todos os Parlamentares desta Casa, que podem ser fundadas, podem ser verídicas. E essa primeira prova que trazemos deve ser do conhecimento de muitos. A gente tem conhecimento, inclusive, que na própria participação dos companheiros do PDS causou muita celeuma em torno dos privilégios que essa prova, na época, trazia ao então candidato que se trata da elaboração, impressão de documento técnico, dirigido em torno de trinta mil exemplares, a médicos do Estado, servidores públicos da área da saúde, funcionários das universidades estaduais, principalmente de Londrina, de cuja Reitoria esteve responsável o mesmo, candidato na época, Deputado Federal hoje, e que, além de abusar do senso crítico comum, pelas fotos que estampa, com o nítido intuito de propaganda pessoal, que já por si denuncia o seu real propósito, deste panfleto, ainda teve como tentativa fracassada, de disfarce, a substituição da sua página original de apresentação, a primeira página, por uma outra, que retira o último parágrafo dos panfletos inicialmente impressos. Esses trinta mil panfletos, no momento de se colocar no Correio, verificou o próprio candidato, numa reunião com quatro outros técnicos dirigentes da então Secretaria da Saúde, que o último parágrafo evidencia, comprovava a real finalidade do panfleto, na medida em que pedia voto.

Com isto se devolveu tudo à gráfica, todos os trinta mil exemplares; demonstra a máquina terem sido regrampeados e substituída a primeira página, de cujo um dos originais nós tivemos acesso.

Essa correspondência expedida com selagem e envelope do Governo do Estado, da Secretaria, impresso da Imprensa Oficial e pago por recurso transferido pelo Ministério da Saúde.

O Sr. Tércio albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Em seguida, porque o Deputado Fiori Luiz já o havia solicitado anteriormente.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Márcio Almeida, o Deputado Tércio Albuquerque disse que o ex-Secretário Oscar Alves não usou de política para nomeações. Nesse ponto, quero concordar com o Deputado Tércio Albuquerque, porque o ex-Secretário da Saúde, na verdade, não usou de política nas nomeações; usou, isto sim, de politicagem eleitoreira. Vossa Excelência já citou o caso do 17.º Distrito de Londrina, quando os convites foram distribuídos para uma reunião com o ex-Secretário, com o timbre da Secretaria da Saúde. Todos os ex-Secretários, Presidentes de Autarquias, todos, usaram e abusaram do Poder Público; a Saúde, a FUNDEPAR, a Café do Paraná, a Justiça, a Agricultura, todos usaram recursos públicos na campanha política, para a compra de votos. E essa CPI vai revelar esses podres, porque nós não estamos caçando bruxas, como disse o Deputado Paulo César Furiatti; estamos caçando, os ladrões do povo, o que é bem diferente. Não estamos patrulhando, estamos vigilantes e queremos a situação e levar os resultados à opinião pública, pois, o povo precisa saber o que foi feito com os recursos públicos originados dos impostos. Confiemos nessa CPI e no rigor de Vossa Excelência o que já demonstrou, por ocasião da sua passagem como Secretário da Saúde do Município de Londrina; se as CPIs estão desgastadas neste momento, nós acreditamos e confiamos na de Vossa Excelência, da Saúde, e na do Deputado Tadeu Bento França, porque conhecemos os dois proponentes; agora, é preciso desmistificar, sim, o genro do General Ney Aminthas de Barros Braga. É por isso que eu confio nessa CPI.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço a colaboração, e, no que diz respeito às supostas injustiças anunciadas pelo colega do PDS que, na sua falta anterior disse estarem causando problemas sociais, nós temos, como afirmação a trazer aqui, de que esses problemas sociais podem estar sendo causados na esfera daqueles altos funcionários que perderam as suas colocações de trabalho, quando substituídos por outros companheiros que, aqui reafirmamos como crédito ao Secretário da Saúde que vem fazendo essas substituições, por pessoas mais competentes e afinadas com o compromisso de trabalho, de política e de desenvolvimento do PMDB.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, desejo parabenizar-me com o atual Secretário da Saúde, que já conseguiu, acompanhado do seu patrulhamento, descobrir essas pequenas coisas, mas, quem não está de parabéns no Paraná, é o povo! O povo que até hoje não ouviu, do atual Secretário da Saúde, o seu programa de trabalho em favor da saúde pública paranaense. Isto, ninguém viu, o povo é que sofre - coitado do povo que tanto foi gritado nos palanques públicos, o seu nome, que tanto foi apelado pelo seu sofrimento...

O Sr. Fiori Luiz — O povo ficou sabendo do programa, antes, por isso votou no PMDB, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem. Solicito que Vossa Excelência faça cumprir o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o orador que está na tribuna.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Eu só relembro que no apagar das luzes do Governo Ney Braga, deixaram como herança, além de toda a situação caótica de uma administração, deixaram como herança um surto não debelado não identificado de hepatite, na cidade de Paranaguá, que assumia proporções graves de um surto que podia se espalhar pelo Estado.

E foi essa administração que hoje tem vinte dias - calma, Sr. Deputado, vamos respeitar a realidade dos fatos - foi essa administração que hoje tem vinte dias e que Vossa Excelência se dá ao luxo de cobrar já atividades e ações para todo o Estado, que conseguiu esclarecer e debelar esse surto que o Governo anterior não conseguiu.

O Sr. Tércio Albuquerque — Estou cobrando um programa de quatro anos pela Saúde Pública do Paraná.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Que está à disposição de Vossa Excelência no momento em que se interessar em estudá-lo.

Toda a população do Paraná, através de seminários realizados pelo PMDB, pela campanha de José Richa, conhece o programa, as metas e os objetivos da saúde do Paraná. Vossa Excelência me desculpe, mas no caso, está à margem do processo de esclarecimento da comunidade paranaense.

O Sr. Tércio Albuquerque — Porque o Paraná não é o PMDB é o povo paranaense.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Concedo o aparte ao Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Muito obrigado, Sr. Deputado. Realmente o Paraná não é o PMDB, é o povo. Eu diria: o Paraná é o povo, é o PMDB, o que dá na mesma.

E esse assunto que Vossa Excelência traz a esse plenário é deveras importante e deve ser levantado. Falou-se que o Secretário da Saúde entregou ao patrulhador algumas pequenas coisas. Não são pequenas, não. São denúncias graves que Vossa Excelência traz. Vossa Excelência é médico, é de sua área, conhece profundamente a questão do Estado do Paraná, e por certo a sua CPI vai trazer à luz muitos problemas surgidos ao longo de dezoito anos de desmandos no Estado do Paraná, que agora o PDS quer cobrar conserto em apenas alguns dias, o que é absolutamente impossível.

Ora, de que maneira seria possível o Secretário da Saúde do Estado do Paraná corrigir tantos erros de tantos desmandos de tantos anos, já que ele assumiu a sua Pasta há apenas alguns dias, há algumas horas, por que não dizer?

Então, é preciso que esses erros que Vossa Excelência traz, mostra e denuncia, sejam corrigidos primeiro, para que a polícia seja mudada para que efetivamente o PMDB possa dizer para o que veio.

Eu nem concluo, porque Vossa Excelência tem um minuto. É o que eu disse, Sr. Deputado: corrigir as besteiras feitas em vinte anos, corrigir em vinte dias é praticamente impossível...

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço a contribuição. Deputado Líder do PDS, poderia usar da palavra.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Para declarar a Vossa Excelência que não nos atemoriza a CPI proposta por Vossa Excelência porque nós confiamos na lisura das atitudes adotadas à época da Secretaria. Portanto, nos colocamos à disposição para trabalhar nesta CPI e pedimos mais Sr. Deputado Márcio Almeida, que não faz jus à sua cultura profissional, inclusive, quando culpa a hepatite de Paranaguá ao PDS. Solicitamos que Vossa Excelência também adira a uma CPI que a Bancada do PDS está propondo nesta tarde, com relação à perseguição, exoneração e contratação de funcionários públicos celetistas e estáveis no Estado do

Paraná, tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Comunico a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Conto com a participação de todos.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. TADEU FRANÇA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, há alguns dias propusemos, nesta Casa, a CPI dos Municípios, e pelo fato de termos um prazo dentro do qual deveremos apresentar um relatório dos trabalhos, pedimos a Vossa Excelência que consulte às Lideranças das bancadas, para que estas possam fazer a indicação dos membros, mesmo porque pretendemos, ainda nesta semana, instalar oficialmente a CPI da falência dos pequenos municípios do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência encaminha apelo às Lideranças dos Partidos nesta Casa, para que indiquem os membros para comporem a comissão solicitada pelo ilustre Deputado Tadeu França.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, nos primeiros 15 minutos pertencentes à Liderança do PMDB, indicamos para fazer uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti, por 15 minutos, no horário do PMDB.

O SR. RUBENS BUENO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — A Liderança do PMDB indica para a CPI dos Municípios os Deputados: Tadeu França, Edmar Luiz Costa, Homero Oguido e Roberto Requião, além dos Suplentes: Ferrari Júnior e Ervin Bonkoski.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita que Vossa Excelência o repita os nomes para que possamos anotar.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Pela ordem, o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu gostaria de consultar a Mesa se Vossa Excelência está colhendo propostas verbais como uma praxe deste Parlamento ou Vossa Excelência ainda solicita que as indicações sejam feitas por escrito. É uma consulta que eu dirijo à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — As indicações dos Membros que compõem essas Comissões deverão ser por escrito, se bem que esta Presidência entende que o Deputado Rubens Bueno está anunciando os nomes que deverão compor esta CPI.

O SR. RUBENS BUENO — Que já foram indicados à Casa no dia 25 de março de 83. Deputado Tadeu França, Edmar Luiz Costa, Homero Oguido e Roberto Requião. Além dos Suplentes Ferrari Júnior e Ervin Bonkoski.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência agradece o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Farei aqui uma crítica não à imprensa mas aos patrões de alguns órgãos de comunicação de Curitiba. É profundamente lamentável constatar que parte da imprensa deste Estado está a serviço de questões pessoais de gosto duvidoso, quando a sociedade está a reclamar por informações sérias e destituídas de maniqueísmos.

O que estamos vendo nos últimos dias da parte de alguns órgãos de comunicação como o jornal "O Estado do Paraná", jornal "Diário Popular", ataque histérico contra a decisão tomada pelo Secretário da Agricultura: Klaus Magno Germer, ao dispensar alguns servidores da citada Pasta, e dentre eles um pseudo jornalista pertencente a uma dessas empresas, mais especificamente ao "Diário Popular".

Assim sendo, Sr. Presidente, para colocar a verdade nos devidos termos, é preciso que se diga que toda a reação e os baixos ataques feitos a pessoa do Secretário da Agricultura e alguns gratuitamente assacados contra pessoa da sua família, originaram-se da demissão de Alfredo Isfer Filho, funcionário contratado pelo Secretário da Agricultura, então Reinhold Stephanes, que lhe deu a função de assessor político, eufemismo para ocultar uma sinecura.

Aliás, sobre esse aspecto o Secretário da Agricultura ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PAULO FURIATTI — Logo que termine o período. Por mais três jornalistas recomendados pelo proprietário do jornal "Diário Popular", foram contratados pela Secretaria da Agricultura, pela CEASA e pelo ITC, embora durante todo o período anterior de Governo, jamais tivessem aparecido um só dia nas repartições, que lhes pagavam os salários, numa clara demonstração de deboche dos responsáveis por essas contratações com os contribuintes do Estado. Felizmente todos foram desligados.

Concedo o aparte, Deputado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência deve estar se referindo ...

O SR. PAULO FURIATTI — Espero que não seja um discurso. Seja um aparte.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência deve estar se referindo, Vossa Excelência que tem uma atitude dessa natureza, de censor, não podia esperar de Vossa Excelência um outro comportamento a não ser solicitar que eu fosse breve.

Vossa Excelência deve estar se referindo ao Dr. Alfredo Isfer Filho, que foi exonerado da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e foi nomeado assessor do vice-governador do partido de Vossa Excelência, Sr. João Elísio Ferraz de Campos. Então se todas essas afirmações que Vossa Excelência está fazendo com relação a esse cidadão, Vossa Excelência deve perguntar quem é o mentiroso. Se Vossa Excelência, se o Secretário da Agricultura ou se o vice-Governador do Estado João Elísio Ferraz de Campos.

O SR. PAULO FURIATTI — Nobre Deputado, estou aqui fazendo aqui um relato e não estou disposto, desta tribuna, a lhe explicar as contradições de um governo. O que eu estou entendendo é que se ele está contratado na vice-governança ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência reconhece.

O SR. PAULO FURIATTI — Eu reconheço. Eu não estou na tribuna para aqui vir como o PDS sempre fez como um tapete, para desconsiderar as contradições do Governo. Eu estou tratando, Deputado, de um processo, e continuando, explica-se dessa forma os motivos que levaram o Diário

Popular a esvaziar os depósitos de peçonha contra o Secretário Klaus Germer para que o dinheiro público tenha fins mais altruístas do que a construção de uma falsa imagem de um homem público. Um homem público dinâmico, realizador, tão a gosto de certas figuras do Governo anterior.

Aliás, quando foi levantada a cortina dos desmandos, praticados durante o Governo Ney Braga, a sociedade haverá de estarrecer-se diante da má aplicação dos recursos do Estado, num festival de mordomias, gastos infundados, distribuição de beneplácitos aos amigos da Casa. Existem casos que vão desde uso de carro oficial, para transporte diário dos netos do Governador, da casa para o colégio e vice-versa. Casos de uso de carros de placas brancas, com chapas frias, para uso do PDS. Casos de telefones particulares ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — ... pela Secretaria da Agricultura. E os Srs. Deputados do PDS querem que nos calemos diante da tribuna, quando a nossa porposta maior foi a moralização administrativa. Podem nos chamar de "caça aos ladrões", mas nunca de "caça às bruxas".

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Vossa Excelência sabe que o atual Secretário da Agricultura era funcionário do IPARDES e a sua esposa ocupava um cargo de confiança. Será que provavelmente eles participavam também destas atitudes imorais que Vossa Excelência denuncia?

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — E daí?

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E a esposa do Dr. Klaus que é funcionária do IPARDES ...

O SR. PAULO FURIATTI — E daí?

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — ... era chefe de um grupo, ocupando um cargo de confiança ...

O SR. PAULO FURIATTI — Tão fraco o seu argumento, nobre Deputado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Pergunto a Vossa Excelência se Vossa Excelência inclui, na denúncia que faz nesta tarde, a Excelentíssima Senhora esposa do Secretário da Agricultura.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Deputado, tão fraco este seu argumento, quão débil este seu argumento. Quando nós dizemos ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência poderia dizer ...

O SR. PAULO FURIATTI — ... que no Governo anterior ocorreram desmandos ...

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, solicito que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — Gostaria de lhe dizer o seguinte: quando afirmamos que ocorreram desmandos no Governo anterior, não estamos dizendo que todos os funcionários de confiança do Governo anterior eram corruptos ou eram ladrões ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência não generaliza...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pela ordem, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PMDB, que exercemos neste instante, pediria que Vossa Excelência, com rigor até, fizesse

com que o eminente Líder da bancada do PDS, permitisse que o Deputado Furiatti fizesse seu discurso. Não lhe concedeu aparte, então não vemos porquê motivo ficar atrapalhando o discurso do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. PAULO FURIATTI — Concluindo, Srs. Deputados, a verdade muitas vezes dói mas ela tem que ser propalada, Senão bastasse a doentia reação do Diário Popular, através da ordem do seu patrão, eis que embarcaram em sua cantilena, os patrões da Gazeta do Povo e do Estado do Paraná, que passaram a dar guarida aos argumentos infantis engendrados por Alfredo Isfer. Além disso, numa orquestração sutil como "um rinoceronte em cristaleira", Sr. Deputado, o Líder da Minoria desta Casa distribuiu nota aos jornais, clamando contra a demissão de chefes de famílias, apesar de sua voz nunca ter sido soada nesta tribuna em defesa dos bóias-frias, dos flagelados das cheias do Rio Paraná, dos expulsos das construções de Itaipu, dos deserdados de Porecatu e tampouco dos famintos que pululam nas beiradas de Curitiba.

Na verdade, o tipo de jornalismo hoje praticado pelo "O Estado do Paraná", sob a batuta do Sr. Paulo Pimentel, político ressentido, político derrotado, político, que trocou de partido, como troca de camisa, com sua coleção de equívocos, que agora volta-se contra o Governo, em nome de uma liberdade de imprensa, que ele próprio nunca atribuiu aos profissionais que militam em seus órgãos de comunicação. Está estribado na vendita.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Gostaria de saber, em primeiro lugar, Deputado, se o que Vossa Excelência acaba de denunciar e de falar a respeito dos dignos e probos diretores, Dr. Paulo Pimentel, Dr. Francisco da Cunha Pereira, Dr. Adbo Aref Kudri ...

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — Na sua opinião.

O Sr. Gabriel Sampaio — Isto, na minha opinião e de minha bancada, tenho certeza, quero saber se esta é a opinião oficial de seu partido.

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — Não, é minha opinião oficial como Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência fala no horário da Liderança do partido.

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — Falo no Horário da Liderança, mas esta é a opinião do Deputado Paulo Cesar Furiatti.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência então, permita-me dizer mais a Vossa Excelência, que Vossa Excelência representa nesta tarde a opinião de seu partido, uma vez que fala no Horário da sua Liderança.

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — Se assim Vossa Excelência entender...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, são estes os esclarecimentos que julguei trazer a esta Casa, sem medo da ditadura de imprensa, sem medo de enfrentar a fera; esta é a realidade, Srs. Deputados, porque em recente congresso nos Estados Unidos, os próprios jornalistas americanos afirmavam e concluíam, que em todo o setor onde há monopólio, ou em todo setor onde o monopólio funciona, pode ser a ditadura do Cartel, pode ser a ditadura da indústria automobilística, mas pode ser a ditadura dos patrões da imprensa. E isso nós não nos podemos calar, porque o espaço dado, deve ser dado; a orquestração deve ser denunciada;

e cobro desses patrões que dêem liberdade de imprensa, para que este pronunciamento que eu faço vá aos seus jornais; que este pronunciamento vá sem os desmandos e sem as incorreções de última hora ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, gostaria de ser bastante breve, para não atrapalhar o seu vibrante pronunciamento.

Em primeiro lugar, Deputado, Vossas Excelências, hoje Governo, o PMDB, realmente, o remédio que usaram ontem, e hoje para vocês, Srs. Deputados, e Srs. no Governo do Estado, tornou-se quase um remédio repugnante, remédio negativo, remédio ruim. O Sr. Palou Pimentel, que Vossa Excelência com tanta fúria tenta, só tenta e tenta; porque nunca foi derrotado. Vossa Excelência aí assacou adjetivos que não cabem ao Sr. Paulo Pimentel. É um vitorioso das urnas; sempre o foi. Muito bem. Vossa Excelência, hoje, está agredindo o Dr. Paulo Pimentel, ou os demais jornalistas que compõem hoje, a imprensa do Paraná.

Vossa Excelência esquece que o mesmo Dr. Paulo Pimentel foi quem deu cobertura ao seu partido; aos seus candidatos a Deputado.

O SR. PAULO FURIATTI — Não fez favor.

O Sr. Gabriel Sampaio — Quero que o Deputado Fiori Luiz, aqui presente, o Senador Álvaro Dias, o Deputado Hélio Duque venham endoçar as palavras de Vossa Excelência. Foram homens forjados nas empresas do Sr. Paulo Pimentel. Quero ver se a ingratidão desses Parlamentares é tanta, a ponto de endoçar as palavras mentirosas que Vossa Excelência professe da tribuna na tarde de hoje.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Trabalhei na empresa Paulo Pimentel, 10 anos, sim, como funcionário; não devo obrigações à empresa, nem ela a mim. Só que fui um simples funcionário, sem apadrinhamentos. Paulo Pimentel não me deu o Tribunal de Contas.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Naquela época, o jornal era democrático.

O SR. PAULO FURIATTI — Vossa Excelência concluiu, Deputado Gabriel Sampaio?

Primeiro que esta sua justificativa é um demérito à qualidade dos Parlamentares que o nobre Deputado citou; segundo, qualquer verdade, que saia no "O Estado do Paraná", não é uma benesse, não é um favor, mas é um direito legítimo que a imprensa tem que fazer. E qualquer mentira, qualquer desmando, ou qualquer maniqueísmo que venha a ocorrer, temos que denunciar, sem o medo da pressão diária da máfia, ou a pressão diária da ditadura da imprensa, que eu não aceito. E tenho um mandato dado por 19.800 votos; e o que me resta é esta tribuna, e o farei todas as vezes que for possível e todas as vezes que for necessário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, por 10 minutos, ao Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão. (Pausa). Consulto se o Deputado vai usar da tribuna.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, o Deputado Artagão de Mattos Leão, declina e faz uso do Horário da Liderança. o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, cumpre a esta Liderança fazer um esclarecimento. Muito embora o nobre Deputado Paulo Furiatti, tenha usado o Horário da Liderança, Sua Excelência não falava em nome da Liderança do PMDB. E muito menos em nome da Liderança do Governo nesta Casa.

As opiniões expendidas pelo nobre Deputado são em caráter meramente pessoal; a quem nós, muito embora o PDS não concorde, sempre respeitamos a opinião individual de cada um. Porque se nós defendemos a democracia, deveremos dar a cada um, o direito da livre liberdade. E os tempos mudaram nesta Casa; não é por sermos Governo que manteremos os nossos Deputados abaixo de chicote, como foram mantidos nesta Casa muito tempo. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe a esta Liderança vir fazer o esclarecimento da situação.

A fase conturbada em que aparentemente o PMDB começa o seu Governo, conturbada com alguns noticiários de imprensa em que ardilosamente se procurou jogar o nosso Governador, como um homem contrário à liberdade de imprensa. Mas, é esta mesma imprensa que nós defendemos no Paraná, não só quer por seu aspecto institucional da liberdade, que ela deve ter dita desta tribuna por mim, quando pedimos a transcrição e demos o número para que o artigo de "O Estado do Paraná" fosse transcrito nesta Casa, quando o PDS não tinha número. Mas, defendemos, inclusive, como iniciativa privada, que tem que ter dentro do sistema que defendemos, de ampla liberdade da iniciativa privada, para que as empresas jornalísticas tenham a sua liberdade no livre mercado de imprensa.

Ardilosamente se tentou fazer com que o Governador parecesse um homem fechado à Imprensa.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres representantes da Bancada do PDS, sustentou durante toda a sua campanha, que nós faríamos um governo aberto. E é impossível criar-se um governo aberto sem que ele abra suas portas para a Imprensa. Tanto isso é verdade que não há um só fato comprovado até o momento, de todas as denúncias que se levantaram, de um só fato comprovado, de que foi sonegada uma informação. De que o Governo do Estado do Paraná depois que assumiu, tenha sonegado uma só informação.

Então, a filosofia do Governo do Senhor José Richa e do PMDB é da mais ampla liberdade de Imprensa. Agora, o que não podemos também, é ficarmos calados, quando às vezes se usam determinados órgãos de imprensa para fazerem promoções pessoais de alguns homens, e não em função do interesse público da informação. Quanto a isso nós não concordamos. Agora, reconhecemos e somos forçados a reconhecer, da envergadura de grandes homens da imprensa deste Paraná. De empresas jornalísticas que, realmente, se constituem no 4.º poder deste Estado. E o sindicato dos profissionais da imprensa, dos senhores jornalistas, ontem em entrevista com o Governador e em retrato dos jornais de hoje, realmente, o Sr. Governador ratificou as reivindicações da classe dos jornalistas, da categoria dos senhores jornalistas, assegurando os direitos que a legislação lhes confere. Mas, assegurou que não há portas fechadas no Governo do Estado do Paraná, para o livre curso das idéias, da liberdade que será o nosso Governo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica claro a posição da nossa bancada e da Liderança do Governo neste Parlamento. Somos defensores do direito da liberdade, da livre imprensa, quer como empresa, quer como órgão de comunicação e somos os primeiros a assegurar este direito. Qualquer denúncia de que qualquer setor ou facção do nosso Governo queira impedir,

obstruir, ou sonegar informações, nós aqui assumimos o compromisso de assegurarmos um amplo direito de liberdade à imprensa escrita ou falada do Paraná. Porque este é um dos compromissos e uma das metas básicas da democracia que nós pregamos. E se vim à tribuna para fazer a ressalva que o nobre Deputado Paulo Furiatti fazia considerações em caráter pessoal, é porque também defendemos esta liberdade de que cada integrante de nosso partido pense por si só, não seja manietado e não seja boneco de alguém.

Por isso, digo aos Srs. Deputados, que esta é a nossa posição clara. Não somos contra empresa alguma de comunicação porque empresa não tem cor partidária; empresa é uma instituição que tem uma finalidade. Algumas pessoas que manipulam empresas - aí é outra conversa, principalmente quando estas pessoas se identificam politicamente e partidariamente, caso que não acontece com o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, homem apartidário neste Estado. E Vossa Excelência dá um riso irônico, Vossa Excelência dá um riso irônico, pretendendo jogar a Bancada do PMDB contra este patrimônio da imprensa paranaense que é a "Gazeta do Povo".

Vossa Excelência não vai conseguir. Vossa Excelência não vai conseguir envolver um homem do cunho, do temperamento do Dr. Francisco Pereira, a nivelá-lo com outros políticos que se escondem atrás de empresas jornalísticas, para fazerem críticas ao Governo do Estado do Paraná.

Que fique clara a posição da nossa bancada: somos como o Governador José Richa é; pela liberdade de imprensa. Somos e seremos os primeiros a assegurar esta liberdade de Imprensa. O que não queremos é que se conjuguem os interesses pessoais de alguns homens que contratados, no passado, não como jornalistas, mas como burocratas, como tecnocratas, que, muitas vezes, nem compareciam ao emprego, e até chantagem faziam, eles, jornalistas individualmente, e não a empresa jornalística. Porque nenhuma empresa jornalística do Paraná se confunde com a pessoa física do jornalista.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a posição clara, irretorquível, e que desafiamos: tragam-nos aqueles que denunciam que o Governo do Paraná está com as portas fechadas à Imprensa. Tragam-nos um caso concreto de sonegação, de freamento, de restrição à liberdade de Imprensa e seremos os primeiros a cobrar a viabilidade e a execução desta liberdade. Porque este é o compromisso maior do nosso Governo.

Agora, que podemos admitir é que, com meias verdades, é que com inverdades, é que, falseando verdades, se procuram criar traumas sociais, como disse o eminente Deputado Líder do PDS, que um clima de terror e tortura estava implantado na Secretaria da Agricultura, porque funcionários estavam sendo demitidos; crime de tortura, Srs. Deputados, viveram no passado, os brasileiros que desafiaram a ditadura nojenta e vergonhosa que os Senhores defendiam aqui: homens dos porões da ditadura infecta, nojenta, assassina, que hoje, um promotor de Justiça da Guanabara pede que se vá aos porões da porcalhidão que é este SNI, que assassinou um homem contratado exclusivamente com o dinheiro público, para contar a versão maravilhosa de uma revolução que fracassou no tempo e no espaço.

Tortura, nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tortura, quando um Delegado de Polícia de Vossa Excelência, em Chopinzinho, que eu denunciei aqui, queimou, com soda, com cigarro aceso, um presidiário, na cadeia de Chopinzinho, tortura, nobre Deputado, que Vossa Excelência não viam e, agora, demagogicamente, querem dizer que estão sendo torturados aqueles que são postos no "olho da rua", por terem dois ou três empregos, ganhando 600 ou 700 mil cruzeiros! É isto, cercear o direito e a liberdade de imprensa? Porque um jornalista, que não é contratado como jornalista, mas, como um tecnocrata, desses tecnocratas tão combatidos no Brasil, é posto no "olho da rua", às vezes, por acumular dois empregos? Vão consultar o povo para ver se o povo não está vibrando? Porque o nosso Governo também disse que iria ser um Governo moralizante e austero. E nós não vamos permitir que, atrás da beleza da função de jornalista, se encontrem aqueles que deturpam a função de jornalista, se encontrem aqueles que são verdadeiros atentados à moralidade de nossa imprensa!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, viemos aqui, para traçar a linha de conduta da nossa bancada, para que, amanhã, não façam como fizeram no passado, quando o Governador, num diálogo com um jornalista, pretendeu-se dizer que, "José Richa", era um novo Bonaparte, que José Richa, era um novo Hitler, que José Richa, era um novo Mussolini, que impedia a Imprensa de funcionar livremente no Paraná". Mas, apresentem um caso concreto deste Governo. Fiquem a fiscalizar o nosso Governo, este é o papel da imprensa, o que nós reconhecemos e queremos assegurar, este direito de fiscalização. Como eu digo - um só caso concreto não existe, de cerceamento de liberdade, do direito de liberdade e do livre funcionamento da imprensa paranaense.

Posso assegurar a Vossa Excelência que, o Governador, ao visitar São Paulo, uma entrevista que concedeu a um dos grandes canais de televisão, do território nacional, esteve em contato pessoal com as grandes expressões - sem demérito às nossas, estaduais - e os vultos da imprensa brasileira, e foi levar, a eles, não palavras ocas e vazias, mas foi levar, a eles, o depoimento e o testemunho de vida de um homem público que sempre respeitou a Imprensa e que se fez politicamente, por esta Imprensa, através desta Imprensa; ao chegar em São Paulo, José Richa teve a maior das acolhidas e, mesmo apontado como réu, não foi considerado assim, lá em São Paulo, pelos grandes vultos do jornalismo brasileiro, que sabem que, as questões da província, às vezes, podem enganar outros que desconhecem a realidade local, mas que não enganarão o povo do Paraná porque, quando duas personalidades políticas estão em conflito, é necessário que se vislumbre e se observe a trajetória do passado.

A coerência desses homens, um que, empunhando o Governo, o voto popular hoje, representa o Poder legítimo do Estado, e talvez, outro, que repellido pelo povo, abandonado por todos os partidos, tenta se esconder através de uma imprensa jornalística, para fazer o seu laudatório político.

Concluo, dizendo a Vossa Excelência que esta é a linha de nossa conduta, da qual não nos afastaremos e, pedimos aos colegas do PDS, que nos tragam os casos em que a Imprensa do Paraná está sendo cerceada, para que nós aqui sejamos os primeiros a defendê-la.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra, no horário destinado ao PDS, Sr. Deputado Jorge Maia Filho, por quinze minutos.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sei, às vezes, como me portar após um discurso.

Não sei se alarmante ou também bastante eloquente, do nobre Líder do PMDB.

Prestava atenção quando ele se referia à ditadura porca, nojenta e assassina e eu queria relatar um fato ocorrido com este Deputado no dia de hoje, com referência a esta ditadura que ele está falando. Hoje, pela parte da manhã, ao telefonar a um determinado órgão do Estado, para falar com um assessor que é meu particular amigo, a resposta que tive ao telefone, é que eu não fosse lá tomar um café com ele, que não usasse o meu nome ao falar com ele, porque existe, dentro do Governo do Sr. José Richa, uma famigerada patrulha para saber qual é o funcionário que atende a um só elemento do PDS, e veio o Sr. Líder do PMDB falar que no nosso governo tinha ditadura.

Vem o nobre Líder do PMDB, após falar em ditadura, não citando a sua patrulha, a sua "Gestapo" paranaense, vem falar em abertura, em democracia. Ontem, Srs. Deputados, ouvia em um programa de televisão, o Governador José Richa dizer que irá implantar, em todas as escolas do Paraná, a eleição direta para os diretores de colégios. Louvável a sua atitude, mas ao terminar a sua mensagem, lembrei-me muito do "Odorico Paraguassu", porque ele dizia que a lista teria que ter três nomes e o nome que seria escolhido teria que passar pelo crivo da Casa Civil ou pelo crivo da Secretaria de Educação.

Onde está essa democracia pregada, que nem sempre o mais votado na lista tríplice será eleito pelos alunos e pelos pais e pelos professores?

Dizia o nobre Líder do PMDB sobre a austeridade, e eu faço questão, Srs. Deputados, de ler um artigo que saiu em um jornal da minha região, e que diz o seguinte: "Arapongas denuncia imoralidade". E diz uma parte do artigo, que o Vereador Alonso Lourenço Garcia — PMDB de Arapongas, esteve ontem na tribuna para denunciar que considera um ato, senão ilegal, pelo menos imoral, o aumento de 975,61 por cento nos subsídios do Prefeito de Arapongas, Sr. Waldyr Pugliesi. Atente aos detalhes, que o novo salário do Prefeito foi aprovado pela Câmara Municipal no começo deste mês, através do Projeto Legislativo número 01/83.

Onde está a austeridade? Não digo que seja um ato ilegal, mas concordo com o Vereador do PMDB, que seja imoral, aumentar em mil por cento o subsídio de um Prefeito.

Senhores, é bonito atacar, é bonito falar, mas é difícil ser atacado e o que os Srs. Deputados da Oposição farão a respeito deste caso, onde um ex-Prefeito deixa aquela Prefeitura ganhando na realidade 92 mil cruzeiros e o primeiro ato do atual Prefeito do PMDB é subir para 900 mil cruzeiros os seus vencimentos.

Onde está a austeridade do PMDB?

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Agradeço a Deputado a concessão do aparte. Apenas para me posicionar, para falar em nome de nossa bancada que está sendo atacada dos atuais PDS, dos atuais e ex-partidários da ARENA, do qual tivemos governadores dignos como Paulo Pimentel, como o grande Governador Jayme Canet Júnior, como o grande Governador Ney Braga, que defendemos toda a vida e não podemos escutar com ouvidos moucos as acusações que fazem aos ex-governadores e que um deles ajudou a eleger o atual Governador que não queremos acusar,

por enquanto, porque no meu adágio, no meu vocabulário, "não vamos gravar a égua antes de subir o morro".

Então, vemos o grande Governador Jayme Canet que, daquela tribuna, Deputado, e Vossa Excelência jovem como é, não sabe o que aconteceu. Das barbaridades que esse homem foi atacado por aqueles componentes daquela bancada que hoje defendem o Sr. José Richa.

Chamavam o nosso querido amigo e particular, embora hoje em outra fronteira política, Jayme Canet, do homem da casca de ovo, do homem ditador, e nós, desta tribuna, galhardamente, defendíamos esta grande figura paranista; que vejam os Anais da Casa, que revejam o passado, os homens de memória curta. Que daquela tribuna, hoje o ilustre Líder do PMDB o que dizia de Canet que ajudou a levar o Sr. José Richa ao Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Queria também, Srs. Deputados, falar sobre a democracia que tanto apregoam daquela tribuna, democracia que falam e não se aplicam. E venho aqui hoje lançar um ato de repúdio ao Prefeito de Arapongas, que na semana passada lá esteve certo adversário meu, mas um parlamentar, o Deputado Federal Walmor Giavarina, Deputado Federal eleito também pela minha cidade e pelo Partido do PMDB. Foi até a Prefeitura, Srs. Deputados, falar com o atual Prefeito do PMDB, discutir os problemas da minha terra, e o mesmo, pasmem, senhores, foi barrado às portas da Prefeitura. Não foi aceito pelo Sr. Prefeito Municipal.

Onde está a democracia, o respeito aos parlamentares? Está aí vista feita e praticada desta maneira pelo partido de Vossas Excelências. E o que também nobres Deputados da Situação hoje, o que muito me chamou a atenção.

Ouvi, tive a oportunidade de ver e ouvir e trago aqui uma reportagem também do jornal, reportagem feita, dita pelo atual Prefeito de Arapongas, Sr. Waldyr Pugliesi, quando entra na Justiça Comum para processar o ex-Prefeito Antônio Grassano Júnior. E o motivo do processo é de estarrecer; porque o ex-Prefeito não aumentou os impostos prediais, territoriais, urbanos, no ano que findou. Ele acha que hoje o atual Prefeito deve devolver aos cofres públicos que não foi cobrado.

Pela primeira vez em nosso Brasil, nesta democracia que tanto falam, procuram levar para a cadeia um homem que não aumentou os impostos, um homem que não arcou com mais um ônus no bolso do povo paranaense.

Este PMDB quer hoje processá-lo, e pô-lo na cadeia, porque não onerou mais o bolso do povo paranaense.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Muito obrigado.

Vossa Excelência começou com tanta fogueira, que lhe é peculiar, que chamou minha atenção. Vossa Excelência aborda um tópico que não dá para engolir. Vossa Excelência falou sobre a lista tríplice, e "desandou o pau" no Governador . . .

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos) Esta Presidência lamenta, mas comunica que o tempo que lhe destinou a sua Liderança está esgotado.

Concedo a palavra dentro do horário do PDS, ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, por dez minutos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta tarde estamos assistindo um debate que realmente engrandece o Parlamento brasileiro. Porque, morto estaria este Poder, se não houvesse o direito do debate, do diálogo, da discussão comum, em benefício de seus municípios

representados e, em especial, do seu Estado.

O PMDB e o PDS travam um diálogo, discutem com profundidade as coisas paranaenses e nós, como membros deste Poder, estamos credenciados para falar em nome do povo que nos elegeu, nos trouxe a esta Casa, para defender a legítima aspiração da população paranaense. E é isto que fazemos.

Mas, sinto-me entristecido de não poder dar continuidade ao debate que hoje aqui se travou, no Horário das Lideranças, porque o assunto que me traz é outro.

Peço permissão para que nos dez minutos de minha Liderança, o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, líder autêntico de minha bancada, falará em nosso nome sobre um assunto que tanto foi matéria de discussão. (Lê):

“No dia 23 deste mês, o Deputado Sabino Campos ocupou a tribuna desta Casa, quando voltou a fazer infundadas acusações contra a Superintendência Regional do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS.

São denúncias que já foram exaustivamente apuradas e esclarecidas, mas, novamente, vamos colocar as coisas em seus devidos lugares.

Denunciou o Deputado que o Superintendente Regional teria falsificado termos aditivos para beneficiar cabos eleitorais de um candidato da extinta ARENA que, em 1978, se intitulava o futuro Ministro da Previdência Social e que duas comissões de inquérito teve que responder, sendo que na última resultou Indiciado (Processo IAPAS/DG 1.039.751/81).

Com relação a essa pretensa irregularidade que tem sido objeto de várias denúncias desde 1979, é mister esclarecer que, em data de 21 de maio de 1979, o ex-Superintendente Regional do INPS no Paraná, no momento em que tomava conhecimento de que o ministro da época o demitira do cargo, protocolava, na Direção Geral do INPS, um documento-denúncia acompanhado de vários anexos em que acusava o Superintendente do IAPAS de haver assinado referidos Termos Aditivos com data falsa, além de ocasionar prejuízos financeiros ao INPS.

Como não poderia deixar de ser, o Sr. Presidente do INPS, determinou a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, cujo processo tomou o número INPS/DS/5027.571/79.

Presidida por Procurador Autárquico oriundo da Direção Superior do INPS, foi a sindicância regularmente processada, a fim de apurar as denúncias de irregularidades na assinatura de Termos Aditivos.

Realizada a sindicância, após minucioso exame dos fatos denunciados, conclui-se pela IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA, cuja decisão constante às fls. 71 do processo citado mereceu a seguinte redação conforme publicação no Boletim de Serviços do INPS, de número 44, de 05/03/80:

“ASSUNTO: Sindicância instaurada para apurar denúncia do servidor Maurício de Souza Moura, sobre irregularidades que teriam ocorrido na elaboração de Termos Aditivos e contratos de representantes locais, na SRPR, com envolvimento de servidor.

Parecer da Coordenadoria de Recursos e Revisão: PELA IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA”.

O mesmo assunto – assinaturas de termos aditivos - foi objeto de investigação pela Comissão de Inquérito constituída para apurar denúncias feitas por Deputados do PMDB na Câmara Federal, no processo número IAPAS/DG/1039.751/81 que mereceu o seguinte despacho final da autoridade competente:

“Determinar o arquivamento do processo, uma vez que ficou comprovada a improcedência de denúncias, sendo que, no tocante às assinaturas dos termos aditivos aos contratos de Representações Locais, restou caracterizado que os atos foram

praticados no interesse da Previdência Social”.

Essa decisão foi publicada no Boletim de Serviços nº .. IAPAS/DS/112, de 17 de junho de 1982.

Outra denúncia que o Deputado Sabino Campos voltou a fazer, se refere à locação do imóvel para instalação da Agência de Toledo, que no seu entender foi feito com objetivos políticos e faz apelo e transmite telex ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com vistas à imediata instalação e efetivo funcionamento daquele órgão.

São tão recentes os esclarecimentos sobre o assunto que por mim foram prestados nesta Casa, que vou me abster de repeti-los, que parece não foram apreendidos, embora a clareza meridiana.

Mas posso adiantar ao Deputado Sabino que em contato que mantive com o Deputado Federal Antônio Mazurek, o qual, como fiz constar em meu pronunciamento, anterior, de há muito vem tratando do assunto, objetiva informação de que a tão almejada agência de Toledo, estará em funcionamento no correr do próximo mês de abril.

Outra denúncia que o Deputado Sabino repetiu, diz respeito a contratações feitas sem concurso público. Está difícil de prestar esclarecimentos ao ilustre denunciante, pois demonstra não alcançá-los.

Repito, entretanto, que as contratações que tanto preocupam o Deputado, foram autorizadas pelo Sr. Presidente da República, atendendo às Exposições de Motivos número 129 e 97, do DASP, publicadas nos Diários Oficiais da União dos dias 29 de maio de 1981 e 07 de abril de 1982, respectivamente. Se houvesse a correta preocupação de saber como as coisas são feitas, teria o ilustre denunciante constatado que as contratações denunciadas foram feitas em Tabela Especial, por prazo determinado e que os contratos, para passarem a integrar a Tabela Permanente, terão por força da lei, que se submeter a concurso público.

O Deputado Sabino trouxe à colocação referências feitas por outro colega, em aparte por mim dado em pronunciamento anterior, que se referia a irregularidades que teriam ocorrido em Maringá e Foz do Iguaçu.

Mas só conseguiu mesmo, comprovar que estão lhe transmitindo informações completamente infundadas. Senão vejamos: efetivamente em 1979, foi desencadada através dos Órgãos de Comunicação Social e da Câmara Municipal de Maringá, violenta campanha contra o fato do INAMPS ter alugado imóvel que oferecia melhores condições para atendimento dos segurados. As acusações foram veementemente repudiadas, tendo o INAMPS, no dia 08 de junho de 1979, publicado na imprensa a Nota de Esclarecimentos que passo a ler:

“A Superintendência Regional do INAMPS no Estado do Paraná, informa aos seus beneficiários, da jurisdição da Agência de Maringá, que dentro de 30 dias estará ocupando novas instalações situadas à Avenida Abolição, 416, antigas dependências da Casa de Saúde Santa Helena.

Na oportunidade, esclarece à comunidade maringaense e a todos os seus beneficiários, que a opção por este imóvel foi feita dentro do mais rigoroso padrão técnico, baseado em gabaritos aprovados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, e em comemoração com os demais imóveis oferecidos à locação. A decisão final foi tomada a nível Estadual e Nacional, não tendo a administração local de Maringá qualquer participação. Esclarece ainda que as novas instalações possuem mil metros quadrados a mais que o imóvel atualmente ocupado, devendo ainda localizar em um só prédio todos os serviços do INAMPS, atualmente ocupando três locais diferentes.

Informa que a locação foi feita por três anos e não cinco, como estava previsto inicialmente, período em que a Presidência do INAMPS estudará a possibilidade de edificar

um Posto de Assistência Médica próprio, cujo orçamento preliminar prevê o comprometimento de Cr\$ 88.000.000,00 (oitenta e oito milhões de cruzeiros).

Por entender que os seus beneficiários merecem ser esclarecidos, nega fundamentalmente que a locação deste novo imóvel tenha tido a interveniência da administração local de Maringá ou de qualquer outra pessoa, e não aceita as acusações de corrupção envolvendo funcionários vinculados ao INAMPS e também as referentes a senhora Agente da Previdência Social em Maringá, conclusão que resultou da sindicância sumária efetuada pela Superintendência Regional do INAMPS, encaminhada ao IAPAS — Instituto de Administração Financeira da Previdência Social.

No dever de zelar pelo bom nome da Instituição, a Superintendência Regional do INAMPS informa a seus beneficiários que, determinou medidas legais para apurar responsabilidades.

Curitiba, 08 de junho de 1979”.

Como se nota, não há envolvimento da Administração do IAPAS no assunto.

Com relação às ocorrências de Foz do Iguaçu, a origem dos fatos denunciados, se encontra em carta anônima encaminhada em janeiro de 1980 ao então Ministro Jair Soares, que denunciava especificamente, dois fiscais do IAPAS, como autores de procedimento irregular em levantamento de quantias do FGTS, por ocasião de ação fiscal que realizavam na cidade de Foz do Iguaçu. No intuito de apurar o que de verdade havia em tal denúncia, o Excelentíssimo Sr. Ministro Jair Soares, determinou a rigorosa apuração das irregularidades, o que foi de imediato com a abertura de Sindicância determinada pelo Superintendente Regional do IAPAS, Sr. Carlos Ernesto Carlberg.

Daí a seguir-se a abertura do competente inquérito administrativo, determinado pelo Presidente do IAPAS, que teve como Presidente um “assessor” do Ministro, que após 90 dias de rigorosa apuração, concluiu seus trabalhos.

Os dois fiscais indiciados pelas irregularidades cometidas em Foz do Iguaçu, foram demitidos da Instituição.

Foram ainda afastados dos seus cargos, o Secretário Regional de Arrecadação e Fiscalização, o Coordenador Regional de Fiscalização e o Chefe da 1.ª Região Fiscal, os quais embora conhecedores das irregularidades praticadas, vinham apurando com morosidade os fatos”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Sabino Campos tem procurado usar desta tribuna unicamente com intuito político-eleitoreiro, na tentativa de comover a população de Toledo, de que ele, Sabino Campos, que recebe denúncias infundadas, procura . . .

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Perdoe-me Vossa Excelência, eminente Deputado, mas há um evidente desejo e manobra dos eminentes Deputados do PMDB, no sentido de esvaziar o belo e erudito pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência atende e solicita ao Sr. 1.º Secretário a chamada nominal.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Trajano Bastos) Esta Presidência descontará o tempo de Vossa Excelência.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada, 33 Srs. Deputados. Há “quorum”.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, por dois minutos restantes.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Requeiro de Vossa Excelência a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do meu pronunciamento, e que . . .

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Art. 151.

Apenas um esclarecimento. Quando o orador está na tribuna, pode ser feita chamada nominal?

Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse, para meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência esclarece que a chamada nominal poderá ser requerida a qualquer momento da sessão, mesmo com o orador na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, mesmo com o orador na tribuna? O Regimento Interno não diz isso.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Requeiro de Vossa Excelência a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do meu pronunciamento, e que concedesse os dois minutos que me restam ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, e, mais e mais os dez a Liderança tem direito.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra no horário destinado à Liderança do PDS por doze minutos, o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Peço a Vossa Excelência que me inscreva em apartes.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tarde triste, neste Parlamento. Tarde negra, onde vemos aqui um suplente de Deputado tentar falar, tentar fazer calar a liberdade da imprensa, um dos pressupostos da democracia; tarde negra, Sr. Presidente, quando o Partido do PMDB entrega o horário de sua liderança a um homem para exercer a tarefa de julgador, de juiz de atitudes de homens dignos e honrados, como o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor do jornal “Gazeta do Povo”, homem que, na legislatura passada, recebeu aqui a demonstração do quanto é importante, não pela sua pessoa, mas por fazer do jornal “Gazeta do Povo” um veículo de divulgação das atitudes paranas, deste Estado.

E o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho recebeu aqui, da Assembléia, a aprovação do Título de Cidadão Benemérito.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, como era antes da eleição, até com os votos dos homens do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, naquela oportunidade, antes da eleição, era preciso bajular a imprensa, era preciso defender o direito da imprensa. E agora, porque a imprensa cumpre com a sua missão de fiscalizar as atitudes governamentais. O Sr. Governador José Richa, já nos primeiros dez dias de seu mandato, onde não manda para a Assembléia, cumprindo a Constituição e a lei, o seu plano de governo, mas não o faz e procura agredir, não ao Dr. Paulo Pimentel, que ele diz que vai arrasar, que ele vai massacrar com o ódio no coração, não, Sr. Presidente, ele atinge uma jovem jornalista que cumpria a missão de informar-se a respeito de atitudes governamentais. E vem aqui um suplente de Deputado, o Deputado Furiatti, falando no Horário da Liderança e depois sendo contradito pelo Líder, Deputado

Nilso Sguarezi não aceitou os apartes, porque eu queria lhe perguntar:

— Vossa Excelência concorda com a posição do seu companheiro de Bancada?

— Não.

Roosevelt, Sr. Presidente, já dizia e esta é a posição da bancada do PDS, este Deputado tem sido criticado, foi criticado no passado, inclusive pelo jornal "O Estado do Paraná", porém sempre respeitou a opinião de todos os jornais, nunca agrediu, nunca levantou a sua voz contra um jornalista, então Roosevelt dizia numa memorável página da Lição da Democracia do Mundo:

"Prefiro mil vezes um País com jornal e liberdade de imprensa, do que um País com um governo que amordaça a liberdade de imprensa".

Que partido é este, Sr. Presidente, que fala contra a ditadura, mas quer calar a voz da imprensa livre, imprensa livre que denunciou inclusive a ditadura, neste País e no mundo? Ditadura da qual os eminentes homens do PMDB fizeram parte e se beneficiaram?

Aí está, Sr. Presidente, o Senador "biônico", proprietário de órgãos de comunicação, Afonso Alves de Camargo Neto, que é um dos braços da democracia peemedebista, porque ele é o autor intelectual da vitória do PMDB, ao lado dos recursos deste Governo que o Paraná vai saber, de recanto em recanto, que não existe a chamada democracia participativa; existe, isto sim, Sr. Presidente, a pluto-democracia instalada neste Paraná.

Ainda ontem, eu lia Maurice Du Vergé, Diretor do Curso de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Sorbonne, e ele dizia no seu livro "AS MODERNAS TECNOBUROCRACIAS" que o grande perigo do regime ocidental é acabar com a democracia, e o povo ser usado pelos pluto-democratas; pelos homens que deram dinheiro e recursos para homens do PMDB. E não faço aqui, acusações generalizadas; sei do brilho de tantos eminentes companheiros da Assembléia e homens da Oposição que eu respeito, que lutaram contra atitudes erradas que ocorreram neste País, quando lutamos. Mas não podemos dizer que o Paraná vai se calar a uma aliança entre aristocratas, aristocracia bacteriana, aristocracia, isto sim, que massacra o "bóia-fria", em milhares de alqueires de terras por este Estado, e que agora, posam de democratas mas querem calar a liberdade de imprensa deste Estado.

Pobre Paraná. Pobre Paraná, Sr. Presidente, que se encontra nas mãos de pessoas despreparadas para o exercício...

(Diante de pedidos de apartes simultâneos e ante um pequeno tumulto, o Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que garanta a palavra ao nosso Líder que está na tribuna, e que corte o som dos microfones, dos pedidos de apartes, que não foram concedidos, pelo orador.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pobre

Paraná, Sr. Presidente, que deve tanto a homens da liberdade de imprensa, que deve tanto a um Samuel Guimarães da Costa, a um Bacila Netto, a um Clóvis Stadler de Souza, a um Francisco da Cunha Pereira Filho, a um Paulo Pimentel, sim, que foi massacrado e odiado, ao Dr. Abdo Kudry, que faz uma matéria, Sr. Presidente, que faz uma nota à imprensa e que fala: "A democracia é instituição do mundo livre, a pedra basilar

é a liberdade da imprensa e nós homens públicos que devemos nos colocar em julgamento em todas as nossas atitudes políticas, devemos respeitar a opinião que a imprensa faz. Porque, onde não há democracia, existe um jornal, por exemplo, chamado "Pravda", em Moscou, no totalitarismo que cala a boca de qualquer homem livre".

Nós, graças a Deus, temos a oportunidade de ouvir, inclusive, os desatinos hoje formulados pelo Sr. Deputado Furiatti, mas na Rússia eles pegam um homem Soljenitz e jogam no estabuleiro para conseguir fazer porque não há a liberdade discordante naquele Estado.

Confesso, Sr. Presidente, que acho que o PMDB não defende na sua integralidade essa postura. Creio que há homens no Partido de Vossa excelência que respeitam e que querem a democracia e que por isto fazem da vida público um instrumento das suas vidas.

O que eu acho triste e negro, Sr. Presidente, é a demonstração de tentar calar a liberdade de imprensa e a demonstração de despreparo do Sr. Governador do Estado José Richa, ao agredir Sua Excelência o Governador José Richa tem o direito de ter a opinião que quiser a respeito do Dr. Paulo Pimentel. O que ele não tem é o direito de agredir um cidadão paranaense, como não tem muito menos, Sr. Presidente, o direito de rispidamente, grosseiramente, como se ele fosse patrão deste Estado, agredir uma jornalista no livre exercício de sua profissão.

Por isso, Sr. Presidente, termino as minhas palavras dizendo: "Paraná, pobre Paraná. A campanha de ontem não vale nada hoje, Sr. Presidente".

Pobre Paraná".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando trinta dias de licença para tratamento de saúde. — **Inclua-se na Ordem do Dia.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Trajano Bastos e Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio de Almeida, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as atividades da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, no período pré-eleitoral de 1982. — **Recebido.** Ao Departamento Legislativo para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o CORAL PARANÁ, com sede e foro em Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. —

PROJETO DE LEI Nº 139/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CORAL PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Coral Paraná é uma entidade de caráter cultural, constituída por funcionários públicos estaduais, e com a finalidade específica de divulgação do canto em coro artístico.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento das exigências legais previstas no Estatuto da Utilidade Pública Estadual.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza, merecerá a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 139/82

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Ailton Cordeiro, o presente plano de lei objetiva seja declarado de utilidade pública o CORAL PARANÁ, com sede nesta Capital.

Obediente às normas regimentais e isento de falhas ou omissões, ou ainda de vícios de ordem constitucional, está o processo em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;

WERNER WANDERER — Relator

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

10 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 182/82.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 143/82.

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento de autoria do Deputado Wilson Fortes, que solicita trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a Sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR

TERMO DE RECEBIMENTO DE CHAPAS

Por determinação do Senhor Presidente do FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR "FEPPA", os abaixo-assinados reuniram-se no dia 04 de abril de 1983, nas dependências do FEPPA, localizadas no prédio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de receber as chapas que concorrerão às eleições para Presidente, Conselheiros e Suplentes, a realizar-se no

próximo dia quinze de abril.

Às dezessete horas, como preceitua o Artigo 40 do Regulamento da Lei 6639/74, foi encerrado o prazo para recebimento das chapas, tendo sido apresentada apenas uma chapa, em requerimento assinado por quinze (15) senhores Associados. A referida chapa tem como candidatos os seguintes associados:

para PRESIDENTE— ANTÔNIO MARTINS ANIBELLI

Para CONSELHEIROS EFETIVOS:

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA

ERONDY SILVÉRIO

JOSÉ MUGGIATI FILHO

Suplentes:

SABINO CAMPOS

TUGUIO SETOGUTTE

JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO

Indicando como TESOUREIRO: TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE.

Às dezessete horas e dez minutos, foi lavrado o presente termo, assinado por funcionários designados para recebimento das chapas e pelos associados presentes, que testemunharam o ato.

Em Curitiba, 04 de abril de 1983.

(aa) IHOR BARANHUK

CARLOS AUGUSTO FERNANDES

GLACI BELICH

Testemunhas:

ANTÔNIO FACCI

GABRIEL MANOEL

LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 201/83

designar DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula nº 494, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. 1532/83).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 202/83

designar ANTONIO LACERDA BRAGA NETO, matrícula nº 095, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. 1547/83).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 203/83

exonerar PAULINO JOSÉ DELAZARI do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sabino Campos, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 81/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 2040/83).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 204/83

I — prover FRANCISCO TOMAZ DE QUADROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski, e,
II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na

conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 2001)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 205/83

I — prover ANTÔNIO JOSÉ COELHO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Fiates Furiatti; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 2034)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 206/83

I — prover ANTÔNIO NEIVA DE MACEDO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Fiates Furiatti; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 2035)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 207/83

exonerar WALMOR MARCELINO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Deni Lineu Schwartz, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 356/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 1900)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 208/83

I — prover FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar com lotação no Gabinete do Deputado Tadeu França; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 2007).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 209/83

Art. 1.º — O artigo 2.º e seu parágrafo do Decreto Legislativo n.º 60/83, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2.º — Aos Assessores Legislativos incumbe a prestação de serviço de assessoramento superior em todos os atos de conteúdo jurídico-legislativo não incluídos nas atribuições do Consultor Legislativo.

§ 1.º — São atribuições ainda, dos assessores legislativos, portadores de diploma de bacharel em direito, inscritos na OAB-PR?

a) pesquisas e coletânea de textos legais de interesse da Comissão Executiva e dos deputados;

b) informações e orientação jurídico-legal a deputados

e diretores, como também a pessoas carentes, indicadas e autorizadas pelos deputados;

c) atendimento, na esfera judiciária, de pessoas carentes e necessitadas, provado tal estado por documento hábil, a pedido dos deputados e expressamente autorizado pela Comissão Executiva.

§ 2.º — Os assessores legislativos serão lotados no Departamento Legislativo, podendo prestar serviços junto às comissões técnicas permanentes e temporárias, ao Departamento de Pessoal, onde prestarão assistência técnica, jurídica e legislativa, na Diretoria Geral, para atendimento dos deputados, no que se refere o parágrafo primeiro e nos Gabinetes mencionados no Art. 33, do Decreto Legislativo n.º 187/80.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 210/83

Art. 1.º — Fica fixado em Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), o valor máximo da gratificação por serviços extraordinários a ser deferida aos funcionários ADIDOS a este Poder.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor a partir de 1.º abril de 1983.

Palácio "XIX de Dezembro", em 24 de março de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 202/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula n.º 509, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. 2196)

PORTARIA N.º 203/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ LIMA, matrícula n.º 504, ocupante do cargo de Assessor Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar.

(Protoc. 2031).

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de março de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA — Diretor Geral